

João Ferreira de Almeida,  
José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral

# Materiais para a história do advento do fascismo em Portugal

## NOTA PRÉVIA

É sabido que a história do regime que vigorou em Portugal desde 28 de Maio de 1926 até ao 25 de Abril de 1974 está por fazer. Múltiplas são as razões que explicam o facto, desde a própria natureza do dito regime até à falta de estudos de envergadura sobre o Portugal do século XX. Já nos últimos anos do regime, todavia, e sobretudo depois do 25 de Abril, um princípio de atenção por esta época contemporânea se começa a descortinar. Dado poder-se presumir que certos documentos da época, ainda que de acesso relativamente fácil, não são conhecidos pela maioria do público interessado, achou-se que valia a pena apresentar uma recolha ordenada, tão significativa quanto possível, sobre o período do advento do fascismo em Portugal.

Acontece, porém, que o volume de documentos retidas ultrapassou rapidamente o que seria aceitável em termos de publicação numa revista como a *Análise Social*. Assim, optou-se por publicar apenas uma pequena parte desses documentos, referenciada ao sidonismo e à Monarquia do Norte (documentos a que o artigo «A Grande Guerra e o sidonismo», incluído também no presente número de *Análise Social*, serve de introdução genérica). Todo o resto de material, já recolhido ou em vias de o ser, constituirá um fundo documental permitindo a elaboração e posterior publicação de diversas monografias temáticas. E isto sem prejuízo do objectivo que se mantém de trabalhos de maior fôlego, visando a interpretação e explicação globais do período, procurando detectar especificamente as manifestações político-ideológicas de carácter fascizante, pré ou proto-fascistas, ou mesmo declaradamente fascistas, de que a cena histórica portuguesa foi mais fértil do que se julga, logo desde o desencadear da primeira guerra mundial.

Anote-se, por último, que o termo *fascismo*, cuja aplicação ao regime português do 28 de Maio só agora começou realmente a ser discutida<sup>1</sup>, é aqui utilizado em *sentido lato* e não pretende antecipar-se, preconcebidamente, aos resultados da investigação no que respeita à sua maior ou menor adequação ao regime português em causa. É óbvio, por outro lado, que o emprego do termo *fascismo*, mesmo em sentido lato, não postula uma homogeneidade e uma continuidade totais e perfeitas do dito regime desde o primeiro ao último dia da sua longuíssima vigência.

<sup>1</sup> Cf. M. V. Cabral, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», in *Análise Social*, XII (48), 1976, pp. 873-915. Ver igualmente Hermínio Martins, «Portugal», in S. J. Wolf (organizador), *European Fascism*, Londres, 1968 (agora em tradução portuguesa).

## PARTE I

# AS JUNTAS MILITARES E AS TENTATIVAS DE RESTAURAÇÃO MONÁRQUICA, 1918-19

### I. AS JUNTAS MILITARES

#### **Doc. I — Proclamação dos «núcleos de oficiais»**

Com o fim de organizar a única força consciente com que o País pode contar na presente crise nacional — o Exército —, ficam constituídos, em cada uma das cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Braga, núcleos de oficiais absolutamente alheios a questões políticas.

Os núcleos serão formados pelos comandantes das unidades da guarnição das cidades em que funcionam, podendo agregar outros oficiais cuja acção seja indispensável para o fim que se tem em vista. Cada um dos núcleos nomeará, dentre os seus membros, um oficial que o representará para todos os efeitos. Em Lisboa haverá um conselho director, composto de três oficiais, ao qual compete a orientação dos trabalhos preparatórios e a execução do programa desta instituição. O conselho director convoca o núcleo de Lisboa todas as vezes que o julgue necessário e corresponde-se directamente com os representantes dos núcleos provinciais. Em obediência aos objectivos deste núcleo, o seu programa inclui as disposições seguintes:

1.º Acção junto dos mesmos poderes constituídos, de preferência por processos suavisados, para que eles empreguem os meios necessários, com o fim de evitar a conquista do poder pelas facções demagógicas ou a sua simples participação nele, quer por quaisquer combinações políticas ou de interesse particular.

2.º Acção junto dos mesmos poderes para conseguir que estes decretem e façam executar, sem a menor transigência, as medidas necessárias para pôr termo ao estado de agitação e desassossego criado pela permanente ameaça de actos revolucionários, afastando as influências de política facciosa ou passional que possam pretender patrocinar os agitadores, quaisquer que sejam os seus fins, e reduzindo estes à ordem e castigando devidamente os seus manejos.

3.º Acção tendente a chamar o chefe do Estado à orientação antidemocrática do movimento de 5 de Dezembro de 1917, quando se verifique ou se preveja que quaisquer influências o desviem ou pretendem desviar desse objectivo.

4.º Na falta, por qualquer circunstância, do actual chefe do Estado, tomar posse do poder, a fim de impedir que ele vá cair novamente nas mãos da demagogia, devendo adoptar-se antecipadamente as disposições necessárias para se encontrar habilitada a executar imediatamente este número do seu programa.

5.º Desde que cessem as circunstâncias que determinam o apoio do Exército à actual situação, empregar os meios necessários para que a vontade nacional possa decidir dos destinos do País, sem intervenção de poderes estrangeiros, que nos cumpre repelir patrioticamente como atentatórios do brio e dignidade da Nação.

6.º Todos os oficiais se obrigam a respeitar e obedecer às determinações do conselho director que tenham por fim dar cumprimento ao programa referido nos números anteriores.

7.º Todos os signatários tomam sob a sua honra o compromisso de guardar o mais completo sigilo em tudo aquilo cuja divulgação possa afectar os interesses do País e os do Exército, e para com todos os indivíduos que, pelas suas qualidades ou circunstâncias, devam ser considerados alheios às resoluções tomadas. Todos os componentes da organização se obrigam a respeitar o seguinte compromisso, que assinarão:

«Juro, pela minha honra, respeitar e fazer respeitar o programa da formação dos núcleos do Exército, obedecer religiosamente a todas as determinações do seu conselho director que tendam a dar execução aos números do mesmo programa, guardar o maior sigilo em tudo quanto seja necessário para evitar a divulgação de notícias prejudiciais aos interesses do Exército e façam objecto das resoluções tomadas pelo conselho director, comprometendo-me a envidar todos os esforços tendentes a levantar o prestígio de Exército e aniquilar os esforços da seita demagógica; tudo em conformidade com o programa dos núcleos do Exército, que me obrigo a cumprir com a maior fidelidade e exactidão.»

Declarações deste teor foram assinadas em 6 de Novembro de 1918 pelo general Jaime Leitão de Castro, comandante da divisão de Lisboa, e em seguida por quase todos os comandantes de unidades da capital, Porto, Braga e Coimbra.

(Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa, 1941, pp. 333-335)

## Doc. II — Proclamação da Junta Militar do Norte

*Proclamação* — A seita demagógica não desarma e, cõscia da impunidade, acaba de perpetrar o nefando crime de assassinar o presidente da República, Dr. Sidónio Pais, que tanto se distinguiu na administração da causa pública, pugnando sempre pelos interesses vitais do País e procurando em todos os actos estabelecer a ordem e a paz na sociedade portuguesa, cujos fundamentos os ódios do jacobinismo tinham profundamente abalado. Três balas assassinas abateram ao mesmo tempo o chefe do Estado e o comandante-chefe das forças de terra e mar.

As guarnições do Norte não podiam cruzar, impassíveis, os braços perante a crise que neste momento assoberba o País e desde as primeiras horas após o vil atentado procuraram, com outras guarnições, estabelecer um Governo de ordem que julgasse de vez a fúria revolucionária.

E, como quer que os partidos políticos se insurgissem contra tão generosos intentos, dificultando a organização dum Governo militar que sintetizasse o pensar e as aspirações do povo português, as guarnições nomearam dentre os seus membros uma Junta que servisse para assegurar a ordem, como base imprescindível do funcionamento regular da administração pública. Alheia por completo a intuítos políticos e liberta de todos os preconceitos, animada do mais acrisolado amor à sua pátria querida, a Junta acata as determinações de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República Portuguesa, a quem dirige, neste momento solene, as suas saudações respeitosas. E, com o mesmo respeito, lembra a necessidade de normalizar, de pronto, a situação do País, que o atentado de 14 de Dezembro agravou, saneando a sociedade portuguesa nas suas complicadas engrenagens, libertando a consciência pública, moderando os instintos ferozes duma parte, embora mínima, da sua população, impedindo os atentados pessoais, castigando inexoravelmente e duramente todos aqueles que não possam ser evitados e procurando, finalmente, por todos os meios, estabelecer a paz, a ordem e a tranquilidade de há tanto tempo divorciados da nação portuguesa. E, enquanto se não organiza um Governo nas condições que o decoro da Nação exige, a Junta apela para os generosos e patrióticos sentimentos dos habitantes da heróica cidade do Porto e de todo o País, confiando em que todos eles saberão coadjuvar eficazmente a sua acção na manutenção da ordem, principal objectivo da sua constituição.

Mas, se, porventura, não for escutada a voz implorante, a Junta assumirá toda a acção governativa, com todas as responsabilidades que lhe são inerentes.

Viva a Pátria!

Viva o Exército!

Porto, 18 de Dezembro de 1918. — A Junta Militar: *Gaspar da Cunha Prelada*, coronel de infantaria — *Artur Maria da Silva Ramos*, coronel de engenharia — *Jaime Carvalho da Silva*, tenente-coronel de cavalaria — *António A. Solari Alegro*, capitão de cavalaria — *Aires de Abreu*, capitão de artilharia e do Estado-Maior.

(Alberto Margaride, *A Hora de Justiça*, Vila Nova de Famalicão, Maio de 1934, pp. 368-369)

## Doc. III — Adesões à proclamação da Junta Militar do Norte

*A proclamação é recebida na cidade e na província com demonstrações de aplauso e adesão | Os oficiais que percorreram os diferentes regimentos da província são acolhidos com entusiasmo | Os comandos militares de todo o Norte aderem | Causou ontem extraordinária sensação no Porto a resolução tomada pelas guarnições militares do Norte com o fim de se organizar um governo militar, compatível com a gravidade do momento..*

E essa mesma impressão causou em muitas terras da província onde existem forças militares, que imediatamente aderiram à patriótica deliberação da Junta Militar.

Também foram excelentemente acolhidas com aplauso as declarações ontem feitas ao director da *Pátria* pelo major Alberto Margaride, digno governador civil do Porto, afirmações de carácter patriótico e de independência política.

O momento incerto que o País atravessa não admite indecisões, precisa de actos de força, e só um governo divorciado da política partidária pode solucionar o problema da reabilitação nacional.

O grupo de oficiais comissionado para interpretar o mandato da Junta seguiu ontem em automóvel para diferentes localidades da província, onde foi acolhido pelos comandos das diferentes unidades com entusiasmo, aceitando incondicionalmente as deliberações expressas na proclamação. Todos os comandos dos regimentos da Póvoa de Varzim, Barcelos, Braga, Viana, Valença, Guimarães, Lamego, Amarante, Coimbra, Viseu e Évora se pronunciaram desde logo a favor das resoluções tomadas pela Junta Militar do Norte.

Esperam-se ainda mais adesões.

Durante a manhã de hoje foram recebidas as seguintes comunicações:

«*Póvoa de Varzim, 18* — Todos os oficiais do terceiro grupo de administração militar apoiam incondicionalmente a Junta Militar, dando por ela a sua vida — Pela oficialidade, *Alcino, Reis, Brito, Malheiro.*»

«*Guimarães, 18* — Encontrando-me presente nesta administração, tomei conhecimento da carta da Ex.<sup>ma</sup> Junta, bem como da proclamação a que se refere com data de hoje, conformando-me plenamente com a doutrina nela expandida, que declaro apoiar incondicionalmente. — *Joaquim de Sá e Melo, coronel.*»

«*Lamego, 18* — Resposta à proclamação constante do telegrama de V. Ex.<sup>a</sup> hoje, respondo, depois de consultar entidades necessárias, haver aqui completo acordo com os patrióticos intuitos da sua digna presidência. — Comandante militar, *António Cruz, coronel.*»

«*Coimbra* — O Sr. General Tamagnini, comandante da divisão de Coimbra, aderiu por comunicação telefónica, incondicionalmente.»

«*Braga* — O comando da divisão de Braga aderiu e em comunicação telefónica informa hoje à Junta de que havia tomado posse dos Correios e Telégrafos.»

«*Amarante* — Toda a oficialidade aderiu com entusiasmo indescritível às deliberações da Junta.»

«*Évora, 18* — A guarnição de Évora enviou delegados a fim de unificar a sua acção com as demais divisões.»

«*Barcelos, 18* — À Ex.<sup>ma</sup> Junta Militar do Porto: De posse da comunicação de VV. Ex.<sup>as</sup>, que me acaba de ser presente pelos alferes de cavalaria 9 Sousa Sequeira e de infantaria 18 Veiga de Lacerda. E, consultada a corporação do batalhão que comando, informo V. Ex.<sup>a</sup> de que acompanhamos plenamente a intenção e a orientação de V. Ex.<sup>a</sup> São demasiados perto de dez anos de uma agitadíssima vida nacional, somos os detentores de um passado de glórias, constituímos uma nacionalidade à qual bem se aplica a divisa — *noblesse oblige.*

Cumpre-nos a nós, exército português, salvar Portugal e, se tanto não bastasse, a morte do chefe de Estado, abatido como uma rez por audaciosos bandidos, impõe-nos obrigações que incluem um grande Dever. Bem hajam VV. Ex.<sup>as</sup>, julgo bem que a vossa atitude traduz o sentir de uma enorme maioria da nossa querida pátria.

Saúde e fraternidade. — O comandante militar de Barcelos, *José Augusto de Mancelos Pereira Sampaio*, major do 3.º batalhão de infantaria n.º 8.»

*Academia de Coimbra* — A Junta Militar recebeu esta tarde o seguinte telegrama:

«A Academia de Coimbra reunida em assembleia geral acaba de enviar ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República o telegrama seguinte: 'Saúdamos V. Ex.<sup>a</sup> e afirmamos incondicional apoio à patriótica Junta Militar — Academia.'»

A Junta Militar, a propósito de boatos tendenciosos relativos à constituição do Gabinete, recomenda a maior serenidade, afirmando da maneira mais categórica

e positiva que o programa incluído na sua proclamação de ontem será inteira e completamente cumprido.

(Pátria de 19 de Dezembro de 1918)

#### Doc. IV — Declarações de Pereira de Sousa

*Viva a Pátria! Viva a Junta Militar do Norte!* | A Junta Militar do Norte, pondo diante do Sr. Presidente da República a conveniência da constituição de um governo militar que tomasse sobre si a pesada, mas indispensável, tarefa de sanear a sociedade portuguesa dos elementos de perturbação que a agitam, bem mereceu da Pátria e fez uma afirmação que para sempre a nobilitará! Confiamos nela e essa nossa confiança não tem limitação, porque é absoluta.

Seria necessário não conhecer o carácter nem a ténpera dos homens que a compõem para recear que eles, dado este passo agigantado e firme, possam entrar num caminho de transigências que pareçam filhas do medo.

Quem lança ao País uma proclamação tão singela e clara, tão patriótica e firme, não vacila nem recua. Quem diz ao Sr. Presidente da República: «Mas, se porventura não for escutada a sua voz implorante, a Junta assumirá toda a acção governativa, com todas as responsabilidades que lhe são inerentes», ou é escutado, ou então cumpre o que promete.

E cumprirá, não tenha dúvida a Nação, que atentamente escuta, neste momento, a voz sincera e cristalina das regiões do Norte.

Neste instante não sabemos, nem precisamos saber, o que pensa quem dirige o Partido Monárquico.

Desde que arredamos para o lado todos os intuitos políticos, não podem prender-nos considerações de natureza partidária, nem a chamada disciplina desse Partido. Se, por um acaso que se não dá, o Partido Monárquico agora pretendesse restaurar a Monarquia aproveitando o ensejo, nós, que não temos combatido por outra coisa sem que alguns proventos temos [sic] auferido da nossa acção, antes tendo encontrado quem nos contrarie e nos pretenda amesquinhar, nós, que *nada, absolutamente nada, devemos à Monarquia e por ela morreríamos*, não entraríamos, nem cooperaríamos numa restauração monárquica, porque... *cometeríamos um crime!*

O nosso dever de portugueses é collocarmo-nos ao lado de todos os que querem um governo neutro e forte que possa fazer administração e meter tudo isto nos eixos, como se costuma dizer.

É necessário inaugurar uma nova era em Portugal. Que a Nação tenha o regime que livremente queira escolher para seu governo e que esse regime não possa mais afastar-se do trilho de uma administração honesta, séria e patriótica! Era nova para Portugal, agora, que a paz vai iluminar o mundo, nesta quadra em que as nações procuram recompor-se e criar um direito novo em bases novas.

Se continuássemos a trilhar a vereda por onde temos vindo a cair de degradação em degradação; se o favoritismo e a padrinagem continuassem a ser o único mérito para o desempenho dos cargos públicos; se, em vez de uma política patriótica, continuássemos a ter uma política de ódios e vilipêndios, onde iríamos todos nós parar?

Por isso bem fizeram as guarnições militares do Norte, que, pela voz clara e vibrante da sua Junta, disseram ao mais alto magistrado da Nação que era preciso mudar de rumo!

Essa voz tem o timbre de um toque de clarins na frescura de uma alvorada que se nos afigura risonha e cheia de esperança. É uma promessa, uma esperança, quase certeza, de que Portugal ressurgirá.

Portugueses!, filhos da minha terra, almas criadas na atmosfera límpida e serena das serranias das Beiras, nas asperezas transmontanas e nos vergéis do Minho: é chegado o momento de vos mostrardes tais como sois — as continuadoras, através do tempo, das dos vossos antepassados, que fundaram uma nacionalidade, que a engrandeceram e levaram, *por mares nunca dantes navegados*, a realizar a maior epopeia da civilização, vós todos, almas cientes e boas, ingénuas e simples, tendes uma missão a cumprir:

*Secundar a Junta Militar do Norte!*

Cristo correu a chicote os vendilhões do Templo.

Vós, erguei-vos todos a secundar quem pretende acabar de vez com os vendilhões da política!

(Pátria de 20 de Dezembro de 1918)

## **Doc. V — Proclamação da Junta Militar do Sul (primeiro levantamento de Monsanto)**

Leva-se ao conhecimento das várias unidades do corpo de tropas da guarnição cópia da nota seguinte, a dirigir ao Senhor Presidente da República:

«Tendo os comandantes e demais oficiais de várias unidades da guarnição, reunidas no Quartel do Carmo, ontem [23 de Dezembro] tido conhecimento oficial de que forças da Polícia e marinheiros, comandados por alguns oficiais, entre os quais o secretário dos Negócios das Colónias e Machado dos Santos, iam atacar os quartéis das mesma unidades; e tendo alguns daqueles oficiais recebido mais notificação oficial, da parte do chefe do estado maior do corpo de tropas da guarnição, de que para o mesmo se planeava armar os presos políticos democráticos, resolveram abandonar os seus quartéis, concentrando-se em posição defensiva na serra de Monsanto. Nestas condições, os comandantes respectivos, sentindo bem quanto a manifestação fúnebre de ontem à tarde mostrou tanto o profundo desejo nacional de fidelidade à obra de Sidónio Pais, como a raiva atrevida dos seus inimigos; sentindo ainda o significado gravíssimo do facto acima indicado em que um membro do Governo, acamaradando com um dos maiores inimigos da obra de Sidónio Pais e armando os sicários de Afonso Costa, se prepara para atacar a guarnição de Lisboa, pacificamente empenhada em reivindicar os interesses da Nação, esperam que V. Ex.<sup>a</sup> organize, até às 5 horas da tarde, um ministério de força, nas condições expressas na proclamação da Junta do Norte, com a qual se declaram solidários.»

(T. Duarte, *Sidónio...*, p. 337)

## **Doc. VI — Segundo levantamento de Monsanto**

*Algumas tropas fazem uma tentativa revolucionária / Os revoltosos prendem Botelho Moniz, mas o heróico oficial evade-se da Penitenciária / A noite passada, algumas tropas da guarnição de Lisboa tomaram uma atitude hostil contra o Governo, indo acampar no Parque Eduardo VII. Esse grupo de tropas era comandado pelo general Jaime de Castro e tenente-coronel Álvaro de Mendonça, tendo como chefe de estado-maior o tenente-coronel João de Almeida.*

[...] De madrugada, uma deputação dos revoltosos esteve no Paço de Belém, a conferenciar com o chefe do Estado.

O Governo da presidência do Sr. Tamagnini Barbosa, perfeitamente conhecedor do movimento insurreccional [...], atendendo a que o momento actual é de extraordinária gravidade e que qualquer tentativa de alteração da ordem seria veementemente verberada pelas nações aliadas, resolveu que não fossem as tropas fiéis as primeiras a entrar em combate iniciando o fogo. Um delegado dos revoltosos que se avistou com o Sr. Tamagnini Barbosa foi inteirado desta forma de pensar do Governo, e bem assim de que este não aceitaria imposições. O Governo apresentar-se-á tal como está constituído pela confiança do actual presidente da República ao Parlamento. Ali aguardará as indicações parlamentares e nortear-se-á pelas representações das diversas classes sociais, inclusive a militar. Pouco depois da entrevista dos delegados dos insurrectos com o Sr. Presidente do Ministério, as tropas recolheram aos seus quartéis.

(*A Situação*, edição nocturna, 26 de Dezembro de 1918)

## **Doc. VII — Proclamação «Ao País» da Junta Militar do Norte**

*Ao País / A Junta Militar do Norte e a sua razão de ser<sup>1</sup> / A razão social da revolução de 5 de Outubro de 1910, que derrubou a Monarquia e implantou o sistema de governo republicano em Portugal, foi a persuasão de que se desbaratava o património nacional, tantas vezes incutida no espírito público por todos os meios de propaganda.*

O Exército, dando, como deu, as mãos à revolução, implicitamente assumiu perante a Nação e perante o mundo a responsabilidade de execução das promessas,

<sup>1</sup> Documento redigido por Adriano Streck de Vasconcelos, promotor de justiça junto do Tribunal Territorial do Porto, da ala mais moderada do movimento jantista e que chegou a manifestar ao coronel Augusto César de Madureira Beça, antes da redacção de tal documento, a decisão em que estava de requerer procedimento contra a Junta se o seu objectivo fosse o de restaurar a Monarquia.

do programa político, administrativo, do lema do Governo, ordem e trabalho, que ela inscrevera na sua bandeira.

O exército acompanhou com benévola expectativa os primeiros passos da República, mas viu com mágoa que ela não perdia as vacilações da sua marcha e que se eivava dos vícios ancestrais herdados da fornalha política extinta, reincidia nos mesmos crimes, fazendo política de corrilhos em vez de fazer política nacional, deixando correr à revelia a resolução dos problemas vitais da nossa existência económica em vez de fazer administração.

Com a instabilidade dos governos que, com uma rapidez vertiginosa, passaram nos últimos oito anos pelas cadeiras do poder, esgotaram-se todos os homens políticos disponíveis no mealheiro dos ministeriáveis e nas cadeiras do poder começaram a sentar-se individualidades cuja competência governativa era um obscuro problema mesmo para os próprios.

A necessidade de se pôr termo à febre de governos, somente para fazer política, arrastou o País aos acontecimentos que levaram ao poder o general Pimenta de Castro, e, como este Governo tivesse sido derrubado pelos acontecimentos de 14 de Março de 1915, os processos dos homens que o substituíram no poder determinaram o movimento revolucionário militar de 5 de Dezembro do ano passado, o qual, como o de 5 de Outubro de 1910, traduziu a realização da velha aspiração nacional de se pôr termo à luta estéril entre patrulhas políticas e entrar-se franca e decididamente na execução da tarefa administrativa.

Foi a essa tarefa que o vulto prestigioso de Sidónio Pais, secundado por alguns homens bons que, acima de tudo, prezam a paz interna da sua pátria, meteu ombros.

Mas, como tal não conviesse aos díscolos, a todos os que desde 5 de Outubro de 1910 entendem que a República se implantou única e exclusivamente para lhes pagar com largueza os serviços que o dever cívico manda prestar gratuitamente, era necessário remover o presumido obstáculo que os afastava das cadeiras do poder, e Sidónio Pais, o Santo Condestável da República, como hoje a nação inteira o cognomina, foi fuzilado no momento em que vinha à capital do Norte, trazendo no bolso o decreto em que amnistiava e perdoava aos réus criminosos políticos que eram e são os inimigos internos da Nação, mas que convinha trazer à razão, não pela violência, mas pela bondade.

O acto truculento, o crime nefando, dado o conhecimento da psicologia dos homens que maquinavam na sombra a sua perda, estava previsto e, para que o crime não frutificasse, com o pleno conhecimento de Sidónio Pais, os membros militares do seu Governo assinaram, com os comandantes das unidades de Lisboa e Porto, um pacto pelo qual, logo a seguir à morte do presidente da República, se constituiria imediatamente um governo militar, um governo de força, que desde logo sufocasse qualquer veleidade de assalto ao poder, assegurasse a justa punição dos autores do crime e assegurasse a ordem interna necessária para que, serenado o sobressalto causado pelo criminoso lance, a Nação se pudesse pronunciar acerca dos homens a que entendesse por bem entregar o poder.

Para que esta previsão se pudesse tornar um facto, em vida do falecido presidente foi confiada a direcção dos acontecimentos emergentes pela sua morte a três oficiais: ao major de cavalaria Álvaro de Mendonça, ministro da Guerra; ao capitão Tamagnini Barbosa, ministro das Finanças, e ao coronel João Almeida.

Morto Sidónio Pais, o Exército esperava o exacto cumprimento do pactuado, mas eis que os acontecimentos políticos se apresentam de forma a provar-lhe de uma forma iniludível que o Sr. Tamagnini Barbosa era o primeiro a trair o seu compromisso e a lançar-se na aventura da presidência de um gabinete em cuja constituição se esboçava a emergência da possibilidade do regresso a uma situação aberta a todas as contingências de se ver destruída, em um momento, toda a obra da revolução de 5 de Dezembro.

Nestes termos, os oficiais da guarnição do Porto e Lisboa que tinham assinado aquele pacto, tendo consigo o ministro da Guerra, Álvaro de Mendonça, usaram dos meios suasórios para obrigar o Sr. Tamagnini Barbosa a cumprir os seus deveres de lealdade e só quando reconheceram que não estava na disposição de o cumprir honradamente a Junta se constituiu para, de uma maneira ordeira, mas enérgica, chamá-lo à razão.

Que pretende, pois, a Junta Militar do Norte?

Pura e simplesmente isto: que se cumpra a última vontade de Sidónio Pais, constituindo-se um governo formado por homens absolutamente desligados de quaisquer compromissos políticos; bastante decididos para não hesitarem um momento em levar até ao fim a investigação das responsabilidades do atentado e a

sua punição legal, mas rápida e eficaz; por homens que não temam renunciar à popularidade a troco da defesa do dever; por homens, enfim, que, tomando nas suas mãos o poder, o conservem como um penhor sagrado, unicamente durante o tempo indispensável para se sanear a atmosfera social e política, para que a Nação tome conta dos seus destinos e para que, de futuro, se assente no princípio de que a força armada obediente, mas inteligente, se não pode prestar por mais tempo a servir de guarda pretoriana de qualquer facção política, mas que somente lhe interessa o bem-estar da Nação, a que, pelo sistema político que ele decretou, obrigará aqueles a quem a Nação confiar o mandato de a dirigir e de a governar a realmente governarem, e não a governarem-se, como até hoje tem sucedido e parece haver esperanças [sic] suceder.

Finalmente, a Junta Militar do Norte, de pleno acordo com todos os que a seguem e aprovam, pretende apenas isto:

Assegurar ao País a possibilidade da existência de um governo estável e, a fim de se poderem conhecer, estudar e resolver todos os problemas de administração pública de que depende a vida nacional, resolução esta que as convulsões políticas de todo o momento tem obrigação de protelar indefinidamente.

E a Junta Militar do Norte, convicta de que está prestando um alto serviço à Pátria e à República, repelindo todas as insinuações torpes que por aí se têm espalhado sobre a probidade dos seus intuitos, decide empregar todos os meios honestos para alcançar este *desideratum* e sente que com ela estão em acordo uníssonos todos os homens bons da terra portuguesa.

Porto, 3 de Janeiro de 1979. — *Junta Militar do Norte.*

(Pátria de 4 de Janeiro de 1919)

#### **Doc. VIII — Entrevista de delegados da Junta Militar do Norte com o presidente do Conselho, Tamagnini Barbosa**

Ontem de madrugada, depois de terminado o Conselho que se reuniu em Belém, o Sr. Presidente da República ainda recebeu em conferência o coronel Artur da Silva Ramos, que, segundo consta, em virtude das considerações dum dos oficiais da Junta do Sul, foi instar por uma imediata solução do problema na conformidade das exigências das Juntas.

Às 18 horas de ontem entraram no Paço de Belém os Srs. Coronel Artur Silva Ramos e major António Coutinho, da Junta Militar do Norte, para conferenciarem com o chefe do Estado.

(A Situação de 3 de Janeiro de 1919)

#### **Doc. IX — Proclamação aos soldados, «profusamente distribuída», especialmente nas regiões do Sul, de apoio à Junta do Norte**

Soldados!

A patriótica Junta Militar do Norte, apoiada pela Junta Militar do Sul, só tem um fim: a salvação da Pátria, a redenção de Portugal!

Não quer que a demagogia, que já começa a levantar cabeça, porque está inerte a mão férrea que a esmagou, torne a implantar o regime do crime, do arbitrio, da violência.

Para manter a continuação da obra iniciada por Sidónio Pais, há apenas que conservar arredados os «formigas», que são o maior inimigo da ordem, da disciplina, da Marinha e do Exército.

A anunciada manifestação para domingo [5 de Janeiro] não é mais que uma provocação consentida por quem imagina iludir com habilidades manhosas a boa-fé e o patriotismo do Exército português.

O Exército, alheio a políticas de qualquer espécie, há-de manter bem alto o seu prestígio, que é o prestígio da Pátria, de que é digno representante.. Com firmeza, com ombridade, tem feito sentir, apoiado em todas as guarnições, o que quer, um governo unido e forte para fazer face aos perturbadores da ordem.

Viva a Pátria! Viva a Marinha! Viva o Exército! — Um grupo de oficiais às ordens das Juntas Militares do Norte e Sul.

(Pátria de 7 de Janeiro de 1919)

## Doc. X — Ultimato da Junta Militar do Norte ao Governo de Tamagnini Barbosa

*Guerra à demagogia! A Junta Militar do Norte enviou ao Governo um ultimatum/Ou um Governo forte, compatível com a gravidade do momento, ou a abertura das hostilidades! Viva o exército!* A Junta Militar do Norte, reunida em sessão permanente, tendo conhecimento, esta madrugada, de que os seus delegados em Lisboa não conseguiram chegar a um acordo para a formação de um Gabinete, em harmonia com os seus desejos, que são os da maioria do País, desistiu de qualquer negociação.

Em virtude disto, a Junta Militar, reunida para apreciar a comunicação que recebera dos seus emissários enviados à capital, deliberou enviar ao Governo um *ultimatum*, cujo prazo deve expirar à hora a que este jornal entra na máquina.

No caso de não serem atendidas as suas reclamações, declara abertas as hostilidades, procedendo da forma que melhor convenha neste momento.

A resolução decisiva e enérgica da Junta do Norte, cuja acção é sustentada por todas as forças válidas daquém Mondego, foi hoje recebida em toda a cidade [do Porto] com geral contentamento.

É certo que a abertura de hostilidades pode trazer graves consequências à vida do País, mas não pode nem deve o Exército transigir quando, à sombra destas indecisões, a horda demagógica começou a erguer-se, pretendendo envolver o País numa onda de sangue, para a continuação da sua obra de extermínio e de tirania.

O Exército tem nas suas mãos, não só o brio da Nação, mas sobretudo a vida, a prosperidade e todas as regalias liberais dum povo.

Confiemos no Exército, secundando a sua atitude enérgica, que não é mais que a continuação da obra iniciada em 5 de Dezembro para a reabilitação da Pátria!

(Pátria de 7 de Janeiro de 1919)

## Doc. XI — As «Juntinhas»

Naquele momento de exaltação, de nervosismo, de indignação, resultantes do crime que acabava de se praticar e que tão profundamente feriu todos os portugueses bem intencionados, cometeram-se realmente erros grandes, que as circunstâncias até certo ponto justificavam.

O primeiro a registar-se nestas condições foi o último período da proclamação <sup>2</sup>.

O coronel Silva Ramos e outros oficiais não concordaram, na ocasião, com esse período e empregaram os seus melhores esforços no sentido de que ele fosse eliminado.

E só puseram de parte os seus propósitos quando viram que a intransigência deles naquele momento de exaltação podia dar motivo a uma grave desarmonia na classe militar, da qual resultassem ainda muito piores consequências. Por isso, e só por isso, cederam.

Foi um erro, é certo, mas, afinal, insignificante ao lado dos muitos [...] praticados por toda a gente naquele período em que uma onda de desnorreamento soprava rijo, não só à volta da Junta Militar do Norte, mas também à volta da Presidência da República, do Governo, de todos os centros militares e civis que tiveram naquela época interferência na vida política do País.

Sempre que no Porto se sabia de qualquer avanço dos políticos no sentido de abrirem a porta do poder para por ela entrarem, logo a Junta Militar do Norte manifestava o seu propósito de os repelir, procurando evitar que eles levassem por diante os seus propósitos, como infelizmente levaram.

Os novos, os irrequietos, os mais avançados do grupo chamado conservador, embora cheios de boas intenções, mas com menos senso e idade e com entusiasmos que os não deixavam ver bem, não se sentiam satisfeitos com o procedimento da Junta Militar, que eles consideravam demasiadamente prudente, e resolveram formar a Juntinha, que a princípio teve por fim fiscalizar os actos da Junta e terminou por exercer sobre ela pressões com intrigas ou informações pouco exactas, levando-a por vezes a praticar actos que iam trazendo sérias complicações.

A Junta Militar, que foi recebida com o maior entusiasmo pela maioria dos oficiais de todas as guarnições do País, conforme se sabe pelo número de adesões que teve mesmo dos mais dedicados republicanos, resolveu em uma noite, sem

<sup>2</sup> Doc. II.

comunicar a ninguém e certamente por pressão da Juntinha, transformar-se em Junta Governativa, pôr nela todos os nomes que quis sem consentimento nem mesmo conhecimento das pessoas que nela iam figurar, fazendo uma proclamação que foi de madrugada enviada por mão própria para Lisboa<sup>3</sup>.

Nessa manhã chego eu ao Governo Civil, vindo de minha casa, ao mesmo tempo que chegava de Lisboa o coronel Silva Ramos, sem nenhum de nós saber o que durante a noite se tinha passado.

Conhecedores então ambos do ocorrido durante essa noite e vendo os enormes inconvenientes que podiam resultar daquela resolução, procurámos evitar, por todos os meios, que as proclamações chegassem aos seus destinos. Para isso imediatamente telefonei para Lisboa, sendo atendido pelo capitão Melo Vieira, a quem comuniquei o sucedido, o comboio em que devia ali chegar a pessoa que levava as proclamações, pedindo para as mandar apreender, e assim se evitou a sua distribuição.

E, em vista do nosso procedimento, foi então publicada a seguinte nota oficiosa, que tinha por fim inutilizar a última proclamação, a qual, embora fosse apreendida, sempre por alguém teria sido lida:

«*Nota oficiosa* / Tendo chegado a esta cidade o Sr. Coronel Silva Ramos, nosso delegado em Lisboa e que informações seguras deram como preso ali, foi por ele comunicado que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República estava na decisão de dar solução às justas e patrióticas aspirações da Junta Militar do Norte.

Nestes termos, a Junta declara sem efeito a sua proclamação de hoje, retoma as suas funções e mantém a atitude serena, mas decidida, que tem demonstrado sempre, afirmando a sua inabalável resolução de ir até onde for preciso para que tenham cumprimento integral as aspirações expressas na sua primeira proclamação.

A Junta Militar do Norte: *Gaspar da Cunha Prelada*, coronel de infantaria — *Artur Maria da Silva Ramos*, coronel de engenharia — *Jaime Carvalho da Silva*, tenente-coronel de cavalaria — *António A. Solari Alegro*, capitão de cavalaria.»

(A. Margaride, *A Hora...*, pp. 369-371)

## Doc. XII — Como obtém a Junta recursos financeiros<sup>4</sup>

(a)

[...] A proclamação da Junta apareceu em público no dia 18 de Dezembro e na véspera, em todos os regimentos, em reunião de conselho de oficiais, foi, geralmente pelos respectivos comandantes, como em artilharia 6, lida a referida proclamação e obrigados os oficiais a declarar se aderiam ou não ao movimento, que então apenas se dizia patriótico e para evitar possíveis alterações da ordem pública.

[...] Estas coisas não se fazem sem dinheiro [...]. A Câmara Municipal do Porto tinha levantado dias antes, provenientes de um empréstimo com o Banco de Portugal, a quantia de 150 000 escudos da agência do mesmo Banco, o que deveria ter dado para as primeiras despesas; as subsequentes têm sido mantidas pelos cofres de grandes comerciantes monárquicos muito empenhados na manutenção da ordem pública [...].

Cada vez se torna mais difícil a revolta ao elemento civil, porque a Junta, fiel ao seu programa de evitar perturbações de ordem pública, já restaurou o regime miguelista, instituindo para isso vários grupos de caceteiros no Norte, *trauliteiros* que procuram e espancam republicanos com um zelo e competência que deve granjear-lhes a merecida portaria de louvor; [...] encontram-se esplendidamente organizados o Grupo da Pátria (sovietes), o da Juventude Católica, o da Guarda Republicana, o dos Amadores, além de outros compostos de aliados do célebre P.<sup>o</sup> Domingos, de Cabeceiras de Basto.

[...] Os jornais só são autorizados a circular se publicam as notas que a Junta lhes fornece e depois de feitos os cortes na censura que aquela impõe. Os jornais da capital são apreendidos nas estações dos caminhos-de-ferro e hoje nem mesmo os que circulavam pelo correio conseguem chegar às mãos dos destinatários.

As buscas domiciliárias são aos centos, os ataques dos caceteiros a republicanos aos milhares e o pessoal às ordens da Junta passa revista aos comboios que vêm para Lisboa na estação de Campanhã, e ultimamente já essa revista teve lugar também na estação de Aveiro [...]

(*A Situação* de 8 de Janeiro de 1919)

<sup>3</sup> Doc. X.

<sup>4</sup> Entrevista com o alferes Folhadela.

(b)

Comentário da *Pátria* à entrevista do alferes Folhadela dada a *A Situação*: «Seria conveniente que a Câmara fizesse ver ao moçoíde de alferes a honestidade do seu proceder administrativo, porque, de resto, os comerciantes monárquicos, como se alude, apenas se limitaram, como toda a gente que quer o bem do País, a apoiar os que se propunham manter a ordem e acabar com a malandragem que deseja alterá-la, perdendo-nos e perdendo a Nação.»

(*Pátria* de 11 de Janeiro de 1919)

## 2. MOVIMENTOS MILITARES CONTRA O SIDONISMO VISTOS PELA IMPRENSA DE DIREITA

### Doc. XIII — Pronunciamento de marinheiros contra Sidónio Pais

(a)

[...] Ontem, pelas 3 horas da tarde, no Ministério da Guerra, o Governo tomou resoluções enérgicas, tendentes a sufocarem o movimento revolucionário esboçado [...] [Deliberou-se, no caso de resistência do corpo de marinheiros], reduzi-lo pela força e [...] com a máxima violência. [...] Aos marinheiros era comunicado um *ultimatum*. [...] O resultado [...] foi os insubordinados tomarem todas as disposições julgadas indispensáveis para uma defesa eficaz [...] De manhã, um grupo de civis e marinheiros armados compareceram junto do dique onde o *Vasco da Gama* estava para reparações e intimaram o pessoal respectivo a que os ajudasse a pô-lo a navegar. E conseguiram-no [...] Foi quando lá a meio do rio, e pouco mais ou menos defronte do Terreiro do Paço, se ouviu a primeira detonação de peça [...] O Castelo de S. Jorge e o cruzador revoltado não deixaram de fazer fogo, sendo o *Vasco da Gama* atingido por mais de um projectil e ficando bastante avariado. Por fim, o combate teve o seu termo, encontrando-se nessa altura o barco sublevado a meio do Tejo, defronte do Cais das Colunas. Os marinheiros, ao verem que não podiam aguentar-se a bordo, lançaram os escaleres à água e desembarcaram, sempre sob o fogo do Castelo de S. Jorge, dirigindo-se para a Outra Banda. Diz-se que nesta ocasião foi metida no fundo uma baleeira carregada de marujos. Os que conseguiram desembarcar, em número de cerca de duzentos, seguiram para a Escola de Torpedos, em Vale do Zebro, onde o Governo, é claro, os perseguiu. [...] As granadas que caíram no *Vasco da Gama* mataram algumas praças e feriram outras. [...] Pelas quatro horas dizia-se que havia já sob prisão cerca de 1800 homens [...]

(*A Capital* de 8 de Janeiro de 1919)

(b)

*Nota oficiosa* / O Governo, tendo conhecimento de que o movimento de revolta que acaba de ser sufocado era dirigido por elementos actualmente fora do País e dentro dele, executado por vários centros políticos, resolveu, em nome da segurança e tranquilidade pública, mandar encerrar os centros com responsabilidades no criminoso movimento ou que possam ser causa de perturbação, no momento em que assuntos da mais alta importância demandam aturado estudo, trabalho permanente e devoção patriótica.

(*A Ordem* de 10 de Janeiro de 1919)

### Doc. XIV — Porto, Maio de 1918

*No Porto* / *Um complot demagógico* / *Descobre-se um plano sanguinário* / *O terror e o saque durante 5 dias* / *Apreensão de bombas e prisões* / *O Porto, sede presidencial da República Velha* / *Diligências policiais a cargo do capitão Allegro* / *Implicados vários indivíduos civis e militares* / [...] Tem corrido [...] [a notícia de que foi] preso o conhecido banqueiro Francisco Borges. Tal notícia, porém [...], é menos verdadeira / [os presos foram conduzidos para o Aljube] / [...] os agentes da grei demagógica tinham um plano tenebroso [...] O plano teria ramificações nas diferentes terras da província do Norte, com o propósito de estabelecer uma comuna, devendo os cinco primeiros dias de terror ser destinados ao saque e ao morticínio! / A sede

da presidência [estabelecer-se-ia no Porto e] seria entregue ao Sr. Bernardino Machado! / Esperavam impedir a proclamação do Sr. Sidónio Pais, que ontem foi levada a efeito com todo o entusiasmo. / A Polícia tem em seu poder [...] a lista negra de muitos que deviam ser assassinados logo ao rebenotar da revolução e as suas casas saqueadas, assim como o nome de indivíduos que forneciam o dinheiro para a conspiração. / O inspector de segurança capitão Allegro tem merecido o aplauso de uma população inteira, a quem estava reservada uma tão cruel experiência revolucionária.

(Pátria de 5 de Maio de 1918)

#### Doc. XV — Lamego, Setembro de 1918

*O complot de Lamego / A Polícia consegue descobrir todo o tenebroso plano dos revolucionários civis e militares! Assalto ao quartel de infantaria n.º 9 / A morte de várias pessoas e famílias de Lamego / O incêndio das suas habitações e de várias igrejas / [A descoberta como resultado das diligências levadas a cabo pelo] ilustre inspector de segurança Sr. Capitão Solari Allegro / O complot era de duas categorias, militar e civil [...] Da civil faziam parte, não só os revolucionários presos, mas muitos outros [...] Da militar contavam-se, segundo consta das provas existentes nos autos, 10 sargentos, 7 cabos e soldados e 3 oficiais [...] / [...] da confissão dos vários presos, que se encontram no Aljube, sabe-se que seriam assaltadas as seguintes casas: edifício onde está instalado o Clube de Oficiais, as vivendas do Sr. Dr. Alfredo de Sousa, que já se encontra detido e que desde hoje passou a o regimento [de infantaria n.º 9], tinham os revoltosos resolvido proceder ao assassinato de todas as pessoas que têm defendido o Governo e das que pertenciam ao Partido Monárquico [...] / [...] todos os grupos obedeciam às instruções do Sr. Dr. Alfredo de Sousa, que já se encontra detido e que desde hoje passou a estar incomunicável.*

(Pátria de 28 de Setembro de 1918)

#### Doc. XVI — Movimento de 12 de Outubro

(a)

*Porto / O movimento revolucionário / Uma tentativa criminosa que fracassa inteiramente / Os revolucionários submeteram-se ao primeiro embate das forças fiéis / [Aos revolucionários não lhes faltava] dinheiro, posto fartamente às ordens dos elementos preponderantes por alguns dos que, à custa da guerra e da miséria pública, têm enchido os seus cofres. / [...] Pátria mandou afixar, em vários pontos da cidade, placards que eram lidos com avidez e muitos dos quais foram arrancados por quem, certamente, não gostava de semelhante revelação pública. / As prisões do Aljube estão cheias de presos políticos, entre outros os seguintes: Dr. José Domingos dos Santos, advogado; David Rodrigues, irmão do ex-director da Penitenciária; Dr. Pereira Osório, antigo governador civil democrático; Belchior de Figueiredo, inspector de finanças no Porto; Manuel Pinto de Sousa Lelo, conhecido comerciante, e outros de certa preponderância política e social. / O Sr. Machado Santos, logo que teve conhecimento do que se planeava no Norte, dirigiu-se ao Paço de Belém, oferecendo incondicionalmente todo o seu apoio ao Sr. Sidónio Pais, para a manutenção da ordem e segurança da situação. / O Sr. P.º Domingos, tendo-se dirigido para o Governo Civil [e] sendo reconhecido por alguns populares, foi alvo de uma entusiástica manifestação.*

(Pátria de 14 de Outubro de 1918)

(b)

*No Governo Civil, no quartel-general e no Aljube, o movimento mantém-se desusado [...] / Durante as últimas horas da noite deram-se uns ligeiros incidentes que a Polícia não deixou avolumar. / O Sr. Alberto Margaride (governador civil do Porto) [...] tomou todas as medidas policiais que o casourgia, coadjuvado por importantes elementos militares e civis que, incondicionalmente, se colocaram a seu lado para que a ordem pública fosse garantida e sufocado o movimento insurreccional. / A responsabilidade da direcção do movimento civil foi atribuída a José Domingos dos Santos, que, numa das últimas reuniões dos revoltosos, propôs a morte do capitão Solari Allegro. / [Foram presos, em Lisboa, importantes] vultos*

do Partido Democrático: visconde da Ribeira Brava, Dr. José Tudela, Gonçalves Neves, tenente-coronel Sá Cardoso, Dr. José de Castro, José do Vale, capitão Francisco Paula Pacheco, Álvaro de Oliveira, Dr. Caetano Gonçalves, Alfredo Pinto, Dr. Almeida Ribeiro, ex-ministro do Interior, José de Sá Marques, Dr. Costa Gonçalves e outros [...]. Presos ainda os empregados d'*O Mundo* [...]. Populares sidonistas assaltaram *O Mundo* e tentaram o assalto à *República* [...]. Sidónio Pais percorreu durante todo o dia [a capital] de automóvel.

(Pátria de 15 de Outubro de 1918)

(c)

Foi preso no Porto o democrático Francisco Borges, sócio da firma Borges & Irmão, um dos principais banqueiros da revolução, que, ao que se diz, tinha a promessa de reaver o «capital» com juro convidativos. / Está a arder no Porto a redacção de *A Montanha* e a sede do Clube dos Fenianos foi assaltada pelos populares, sendo estilhaçada a mobília deste centro de conspiração democrática.

(O Tempo de 15 de Outubro de 1918)

(d)

Serviço da República — Regimento de artilharia de montanha — 2.º grupo — Ao Ex.º Sr. Governador Civil de Évora: todas as forças da guarnição, com excepção da Guarda-Republicana, que não é hostil ao movimento, aderiram à revolução. Nestas circunstâncias, o comité revolucionário assumiu o governo da cidade, devendo, por esse facto, V. Ex.ª e as autoridades sob suas ordens considerar-se destituídas das suas funções, conquanto reconheça as inalteráveis convicções republicanas de V. Ex.ª — (a) *Manuel Alves Pais*, tenente-coronel de cavalaria; *Joaquim José da Conceição*, major de cavalaria. — Pela Junta Revolucionária, *Estêvão da Cunha Pimentel*.

[No verso] Os Srs. Florival Sanches de Miranda e José Celestino Formosinho, portadores desta, tomarão, por ordem da Junta Revolucionária, conta desse Governo Civil.

(O Século de 16 de Outubro de 1918)

(e)

O momento não pode ser mais grave, e para os grandes males sempre foram precisos os grandes remédios. Não pode haver meios termos quando os extremos têm de fatalmente encontrar-se e decidir-se para um dos lados. / O Sr. Capitão Allegro [...] conta na Inspecção da Polícia do Porto as mais dedicadas afeições e a sua envergadura combativa é uma segura garantia da ordem pública nesta cidade [...]. O Sr. Capitão Allegro encontrou a maior dedicação e solicitude da parte do Sr. José Baldaque. / Coimbra esteve nas mãos dos revolucionários; se não fora João de Almeida, Aveiro teria a mesma sorte; se não fossem Solari Allegro, o major Ribeiro Borges, o coronel Artur Ramos e todos os comandos dos cofres da guarnição, o Porto estaria nas mãos dos revolucionários e, com o Porto, todo o Norte do País.

(Pátria de 17 de Outubro de 1918)

## Doc. XVII — A Leva da Morte

(a)

[...] A força de 207 praças do corpo de polícia, comandada pelos chefes Alves Dias e César Augusto do Couto [...] formou no Governo Civil para ir conduzir ao Cais do Sodré, onde deviam embarcar com destino a vários fortes, 150 presos políticos, saiu do edifício do Governo Civil às 21 horas [do dia 16], voltando para a Rua de Serpa Pinto, em direcção à do Ferragal de Baixo, para descer a calçada que conduz ao Corpo Santo. [...] Pelo caminho havia vários curiosos, que paravam nos passeios a ver o desfile, acudindo às janelas várias pessoas com o mesmo fim. Os polícias que iam à frente, porém, iam intimidando essas pessoas a recolherem-se, tendo recebido ordem para fazer essa intimação e evitar qualquer manifestação ou atentado contra a força.

*Começa o tiroteio e estabelecem-se a confusão e a desordem*

Quando a força chegava à embocadura da Rua de Vítor Cordon, ouviram-se uns tiros, parece que também se ouviu o estalar de uma bomba e, de súbito, estabeleceu-se uma confusão enorme, pois que polícias e presos se envolveram na mais doida desordem, em meio da qual o tiroteio era ensurdecedor. Correm várias versões quanto ao caso, afirmando uns que o primeiro tiro partira da espingarda de um polícia que ia na vanguarda, feito contra uma gente que teimava em não se retirar de uma janela, e afirmando outros que tais tiros partiram de uns indivíduos que ali esperavam a força e os fizeram para estabelecer a confusão e dar fuga a alguns presos. Também há quem diga que, após o primeiro tiro, o Sr. Visconde da Ribeira Brava, um dos presos que iam na frente, puxara de uma pistola e desfechara contra um guarda, puxando de um punhal um preso que ia junto dele e avançando contra outro polícia.

O que é certo é que, tivesse o caso começado de uma ou de outra forma, a confusão e a desordem foram horríveis, estendendo-se do Chiado a São Paulo, por todas as imediações do Governo Civil, onde só se via gente correndo e fugindo, e só se ouviam tiros, descargas, gritos lancinantes de feridos, imprecações, doestos, crendo-se que se estava dando um temeroso combate [...].

Terminada a desordem, viu-se então que, no lugar do combate, estavam estendidos e mortos por vários pontos um polícia e alguns dos presos, entre eles o Sr. Visconde da Ribeira Brava, cujo cadáver esteve algum tempo junto à valeta, na esquina da Rua de Vítor Cordon [...].

*Nota oficiosa sobre os acontecimentos*

Hontem à noite, pelas 21 horas, saiu do Governo Civil, com destino à estação do Cais do Sodré, uma força de 240 guardas, devidamente comandada, que ia incumbida da condução e escolta de 153 presos políticos destinados aos calabouços dos fortes do Campo Entrincheirado. Tomadas as necessárias precauções, a coluna pôs-se em marcha precedida de um pelotão, como guarda avançada, e seguida de um outro, como guarda de retaguarda. Ao voltar da Rua de Serpa Pinto para a Rua do Ferragal de Baixo, foi a força atingida por bombas e tiros, que partiram de ambos os lados do cruzamento daquelas ruas e de algumas janelas dos prédios próximos, ao mesmo tempo que alguns presos, de entre estes o visconde da Ribeira Brava, atacavam os guardas e se punham em fuga, matando um daqueles e ferindo muitos outros e os chefes comandantes da guarda avançada e da coluna que conduzia os presos.

Imediatamente uma parte da força rompeu fogo contra os grupos assaltantes e vários presos que debandaram, deixando estendidos alguns, ao mesmo tempo que os outros guardas faziam recolher ao Ginásio Clube e à garagem do Governo Civil os presos restantes.

Da polícia ficou morto [um guarda] e feridos, na sua maior parte por estilhaços de bombas, os chefes Alves, Dias e Couto e 29 guardas; dos assaltantes foram mortos 6, dos quais já estão reconhecidos o visconde da Ribeira Brava e Armindo Coelho de Moura, ex-agente da investigação, e receberam ferimentos, alguns de gravidade, 31 civis [...]

(Diário de Notícias de 17 de Outubro de 1918)

(b)

*Um caso grave | É necessário esclarecer tudo e ordenar um inquérito |* O director da Polícia de Investigação, Dr. Costa Torres, afirmou anteontem (7 de Março de 1919):

Que não tivera interferência directa ou indirecta nas violências de que foram vítimas os presos republicanos e afirmou ainda que por todas as formas procurara evitar que o Sr. Visconde da Ribeira Brava seguisse na 'leva da morte', e tanto assim que, tendo conhecimento de que estava preparada uma cilada, avisara os Srs. Drs. Mesquita de Carvalho<sup>5</sup> e Eduardo de Sousa, director do jornal *A República*, para estes, por seu turno, aconselharem o visconde a dar parte de doente.

Assim se conseguiria que ele recolhesse a uma enfermaria ou ao hospital, mas que, se tal se não desse e tivesse de seguir na leva, o aconselhava a que se deitasse no chão apenas ouvisse os primeiros tiros.

(O Mundo de 9 de Março de 1919)

Doc. XVIII — Profissões dos presos do 12 de Outubro

Profissões	Número
Negociantes .. .. .	20
Empregados comerciais .. .. .	15
Empregados públicos e municipais .. .. .	9
Industriais .. .. .	8
Guarda-freios .. .. .	7
Alfaiates .. .. .	5
Advogados .. .. .	3
Oficiais de diligências .. .. .	3
Professores .. .. .	3
Sapateiros .. .. .	3
Trabalhadores .. .. .	2
Médicos .. .. .	2
Barbeiros .. .. .	2
Tesoureiros .. .. .	1
Administradores de falências .. .. .	1
Chapeleiros .. .. .	1
Jornalistas .. .. .	1
Proprietários .. .. .	1
Carvoeiros .. .. .	1
Mestres-de-obras .. .. .	1
Pilotos .. .. .	1
Marítimos .. .. .	1
Solicitadores .. .. .	1
Tendeiros .. .. .	1
Sargentos (brigadas) .. .. .	1
Empregados de minas .. .. .	1
<b>Total .. .. .</b>	<b>95</b>

(Pátria de 14, 15, 16 e 17 de Outubro de 1918)

Doc. XIX — Vila Real, 6 de Janeiro de 1919

(a)

[...] A Junta Militar tem recebido comunicações dos seus delegados no Sul, por meio de próprios, sabendo que os trabalhos, ali, para a solução do conflito correm na melhor ordem e que não vem longe o momento de ver satisfazer as suas aspirações. / [...] Em Vila Real [...] elementos democráticos [...] arvorando-se em únicos mandões, destituíram as autoridades civis, substituindo-as por pessoas da sua confiança. Por tal motivo, a Junta resolveu enviar para ali [...] uma coluna mista [...] sob o comando do major [...] Alberto Margaride. / Em todos os quartéis da guarnição de Lisboa foi profusamente distribuído um *manifesto aos soldados, de apoio à Junta Militar do Norte*<sup>6</sup>. Em todas as terras do Norte aquém Mondego foram [distribuídos] uns manifestos com o título «Ao País / A Junta Militar do Norte e a sua razão de ser»<sup>7</sup>.

(Pátria de 6 de Janeiro de 1919)

(b)

Margaride consegue escorraçar da Régua e outros pontos até Vila Real uma insurreição democrática. Em Vila Real, a resistência dos democráticos é apreciável, o que obriga o major Alberto Margaride a pedir reforços [7 de Janeiro] / [...] Por onde passam as forças da Junta são profusamente distribuídos milhares de exemplares do herói dos Dembos, coronel João de Almeida<sup>8</sup>. Nas paredes são afixados diferentes *placards* incitando todos os bons portugueses a evitar a «marcha audaciosa do plano demagógico».

(Pátria de 8 de Janeiro de 1919)

<sup>6</sup> Doc. IX.

<sup>7</sup> Doc. VII.

<sup>8</sup> Doc. XXX.

(a)

*Ordem!* é o grito que se ouve por toda a parte, é a palavra que sai de todos os lábios, é a aspiração de todas as almas. Desde o Exército, única esperança do País, até à mais humilde das classes trabalhadoras, que desejam sossego para o seu labutar pelo sustento e pela vida dos seus, todos clamam — *Ordem! Ordem! Ordem!* Ontem, no Parlamento, o resumo dos discursos de quase todos os oradores foi este: *Ordem!* Em resposta, as galerias afirmaram o seu desejo de desordem, pois que, insurgindo-se contra as determinações do regimento, intervieram com vivas, morras e manifestações diversas, quando o seu dever era assistirem silenciosas e quedas à discussão. O País quer ordem, todas as classes clamam ordem.

(O *Liberal* de 9 de Janeiro de 1919)

(b)

*O Castelo de S. Jorge assaltado pela «formiga»* / [...] *A formiga*, que, em alguns pontos do País, já alterara a ordem, julgou oportuno o principio da noite de ontem para pôr em execução, em Lisboa, um plano que, segundo é voz corrente, tinha em mira dominar de surpresa a cidade, tomando o Castelo de S. Jorge, enquanto os chamados «grupos civis» praticariam, armados de bombas e pistolas, toda uma série de crimes [...]. Nada faltaria. Nem o ataque pessoal, nem a bomba para exterminar a força pública, navios para bombardear a capital, os assaltos aos jornais que não são da grei democrática e até — suprema infâmia! —, ao que ouvimos, um grupo havia com a triste missão de assaltar os Jerónimos, a fim de roubar o cadáver de Sidónio Pais! — cuja cabeça alguém disse, numa chafarica da grei, «havia de servir para jogar, na Rotunda, o *foot-ball*».

(A *Ordem* de 11 de Janeiro de 1919)

(c)

*A desordem em marcha! Lisboa e o País vão para a guerra civil?! Quem são os inimigos da Pátria?* Todos aqueles que perturbam a tranquilidade pública, venham eles de que partido vierem. Clamar que haja ordem, que haja prudência e que haja patriotismo é inútil neste país de ambiciosos. Continua, pois, a desordem até ao fim!

(A *Situação*, edição nocturna de 11 de Janeiro de 1919)

(d)

Hoje será distribuída ao povo de Lisboa e afixada pelas ruas da capital uma proclamação concebida nos seguintes termos:

«Cidadãos! Os inimigos da sociedade, os bolcheviques, ladrões e assassinos, mancomunados com os desordeiros e inimigo da Pátria e da República, mais uma vez tentam subverter toda a ordem social e afundar a Nacionalidade.

Cidadãos! Ajudai o Governo a defender o futuro da Pátria, a honra das nossas mulheres e o futuro dos nossos filhos.

São ladrões, são assassinos, são bandidos, são desses bolcheviques que afundaram a Rússia e são os Afonsos Costa, Álvaro de Castro, uns bandidos que afundaram a Pátria.

Dizem-se republicanos, os bandidos, mas tentaram assassinar o comandante de infantaria n.º 33, esse impoluto carácter republicano que toda a Lisboa conhece como tal.

Preparam saques, sonham roubos e violências, sendo preciso unirem-se todos os governos para defesa do existente.

Coragem, cidadãos. O Governo, o Exército e a Marinha velam pelo futuro da Pátria e da República. Viva a Pátria! Viva a República! Viva o Exército! Viva a Marinha.»

(*Diário Nacional* de 11 de Janeiro de 1919)

(e)

*Nota oficiosa* / Durante a noite passada e a madrugada de hoje produziram-se em Lisboa acontecimentos graves, seguidos de assaltos que eram o prenúncio de um movimento capitaneado por democráticos e secundado por agentes bolchevistas [...]. Está o Governo informado de que o deputado Cunha Leal, o major Álvaro

de Castro e muitos outros oficiais democráticos, em companhia de vários civis, antigos carbonários e agitadores conhecidos, se espalharam pelo País para fazer rebentar simultaneamente o movimento em vários pontos; mas, pelas notícias recebidas, tem o Governo conhecimento de haver sossego completo e de estar assegurada a ordem em todos os distritos, excepto em parte do distrito de Santarém, onde também se produziram actos anormais, que vão ser reprimidos pela força armada.

(A Situação de 12 de Janeiro de 1919)

(f) Entre quem se trava a luta? Entre todos os partidos organizados e o Exército, que tem por seu lado todo o País.

Que esse Exército não embainhe tão depressa as suas espadas gloriosas e fortes! E que, convencidos agora os que julgavam que tudo se faria com *habilidades* de que a demagogia não desarma, se forme agora o *governo* militar por que as Juntas se bateram, cumprindo-se assim a última batalha de Sidónio Pais.

(A Monarquia de 13 de Janeiro de 1919)

(g) *A proclamação da Junta Revolucionária* / A Junta Revolucionária, que firma as proclamações espalhadas em vários pontos do País sobre o movimento revolucionário iniciado em 10 do corrente, é composta dos Srs. Drs. Álvaro de Castro, Couceiro da Costa, António Granjo, Jaime de Moraes (ex-governador de Angola), Augusto Dias da Silva (jornalista) e deputado Cunha Leal. Nessa proclamação diz-se que o actual Governo, sendo constituído por imposições das Juntas Militares, não pode representar o espírito republicano. Os signatários afirmam que o seu programa político é apresentado pela Constituição de 1911, introduzindo-se-lhe o princípio da dissolução. Querem que todos os comandos militares e cargos de confiança política sejam entregues a pessoas reconhecidamente republicanas. Dizem que não consentirão atentados nem contra a vida nem contra a propriedade de ninguém [...]. No final da proclamação diz-se que a pessoa do Sr. Presidente da República é inviolável.

(A Situação de 13 de Janeiro de 1919)

(h) Soldados! [...] / Salvem a Pátria!, porque a Pátria está em perigo. [...] / O corpo ainda morno de Sidónio Pais precisa ser defendido para honra do próprio Exército. [...] / Alerta cidadãos! / Desmascarem-se finalmente os organizadores do movimento! Na sua proclamação patenteiam toda a sua má-fé e os intuitos de vingança sectária! Os homens que a assinam, conhecidos de mais por agitadores de profissão, pretendem levar a efeito a obra que mais de uma vez tentaram em vida do saudoso presidente Dr. Sidónio Pais [...] / Abaixo os traidores! / À frente de uma revolução realizada com o dinheiro dos judeus da Rua Richelieu, de Paris, crapulosamente obtido à custa do penhor de uma grande parte da nossa colónia de Angola, ainda há pouco regada pelo sangue heróico dos nossos soldados na guerra contra o boche, está a figura de carrasco de Álvaro de Castro, cabecilha no 14 de Março, e um sujo de mãos que se chama Cunha Leal [...]

(Um grupo de republicanos)

(Diário Nacional de 14 de Janeiro de 1919)

(i) Em Santarém, os revoltosos rendem-se sem condições / [...] Terminou a última aventura democrático-bolchevista e sobre o Governo pesa agora o dever de pôr um termo a esta série de revoluções periódicas que colocam a Pátria à beira do abismo e a impedem de trabalhar e progredir. A vida dos soldados de Portugal não pode ter sido exposta, mais uma vez, inutilmente.

Saiba o Governo cumprir o seu dever. Assim lho exige a Nação.

Viva o Exército!

Viva a Pátria!

(A Ordem de 16 de Janeiro de 1919)

## Doc. XXI — Comentários de Alfredo Pimenta em torno das sublevações de Janeiro de 1919

Foram monárquicos os sublevados do dia 10 de Janeiro, Senhor Presidente do Ministério? São monárquicos os que em Santarém levantaram a força militar, Senhor Presidente do Ministério? É monárquico o Sr. Ministro da Marinha, que sublevou os marujos e andou pelos navios a tentar revolucionar as guarnições, Senhor Presidente do Ministério? São monárquicos os que em Vila Real se revoltaram, destituíram as autoridades do Governo, cortaram as comunicações e abriram um período de hostilidades, Senhor Presidente do Ministério? Que perigo o ameaça? O perigo monárquico ou o perigo demagógico? [...] Onde está a lealdade, a boa-fé, o patriotismo: nos bons, nos *verdadeiros* republicanos, ou nos monárquicos — que são traidores, inquietos e disfarçados?

[...] O caminho para o Governo é um, apenas um, um só: para a frente, sem contemplos, sem hesitações. A força em que deve apoiar-se é uma, uma apenas, uma só: o *Exército*. O seu destino é um, um apenas, um só: a *ordem*. E a sua missão é uma, uma apenas, uma só: *Salvar a Pátria! Pela Pátria, contra todos e contra tudo*. A Pátria acima de todos e acima de tudo!

(*Diário Nacional* de 17 de Janeiro de 1919)

### 3. O SIDONISMO E OS MONÁRQUICOS

#### Doc. XXII — Um testemunho monárquico

O 19 de Janeiro foi a consequência natural e lógica do malogro do sidonismo, determinado pelo assassinato do heróico e mal-aventurado presidente, em 14 de Dezembro de 1918.

Um ano antes, em seguida à revolução triunfante de 5 a 8 de Dezembro, Sidónio Pais viu-se, inesperadamente, senhor absoluto do poder e dos destinos do País. A abstenção, à última hora, dos outros chefes do movimento, tolhidos, ao que se diz, por influências políticas, sempre hesitantes no momento decisivo das deflagrações revolucionárias, deixou-o só em campo. Mas, vitorioso, pode dizer-se que ele se encontrou isolado em meio dessa República que queria manter — em violenta hostilidade contra a maior força organizada do regime, os democráticos, e apenas timidamente apoiado pelos seus próprios correligionários, os unionistas, ou por ciúme da sua supremacia, ou por tendências opostas ao seu feito absorvente e imperativo, ou pela indecisão e mole passividade dum grupo com pretensões conservadoras e sem audácia política.

A breve trecho, esse homem, realmente superior sob certos aspectos — o único que a República tem revelado —, espécie de Mussolini ou de Primo de Rivera *avant la lettre*, desfraldando a bandeira da moralidade, da ordem e do princípio de autoridade, esse homem sinceramente bem intencionado, possuído do seu papel e cuja alma forte e cavalheiresca não desfaleceu nunca entre as dificuldades que o assediavam e os riscos que corria, esse homem achou-se nesta situação verdadeiramente paradoxal: ditador numa República em que todos os republicanos eram contra ele.

A não ser que capitulasse ante os seus inimigos, que eram os seus correligionários (e isso não lho tolerava o seu justo orgulho, nem lho consentia a sua consciência de cidadão), inevitável lhe era procurar noutra parte o seu ponto de apoio político. E, visto que o seu primeiro objectivo era a restauração da ordem, claro está que esse ponto de apoio só o podia encontrar nos elementos ordeiros e conservadores do País, na sua quase totalidade monárquicos.

Fez-se, pois, a aproximação e firmou-se como que um pacto político entre o ditador republicano e os dirigentes das massas monárquicas, sobre a base da manutenção da ordem e da moralização dos costumes políticos e da administração pública. Os monárquicos, que, desde o princípio da guerra, haviam cavalheirescamente suspenso a sua acção revolucionária, prestaram lealmente ao chefe da revolução de Dezembro todo o seu apoio para essa obra nacional, sem nenhuma abdicção de princípios, nem adesão ao regime.

Assim se resolveu oficial e definitivamente na grande reunião do Partido Monárquico realizada em Lisboa em 10 de Março de 1918. Os monárquicos dariam ao Governo o seu auxílio nas próximas eleições, para lhe garantirem a maioria,

reservando apenas para si «uma representação condigna», nos próprios termos da moção aprovada. E, quanto à eleição do presidente por sufrágio directo, concedia-se inteira liberdade aos que, sem quebra das suas convicções, quisessem concorrer a ela.

Sabe-se o que foi este acto eleitoral. Perante a presença dos monárquicos na urna, os partidos constitucionais da República escaparam-se ao confronto de forças pela porta falsa da abstenção. Desde que tinham de bater-se em igualdade de circunstâncias, com a ordem e a liberdade do sufrágio garantidas, sem a possibilidade de recorrerem à violência ou à viciação do acto eleitoral, a derrota seria inevitável. Por isso desertaram vergonhosamente do campo de batalha.

Fizeram-se as eleições. As maiorias foram para o Governo; as minorias, na sua quase totalidade, para os monárquicos. O presidente teve meio milhão de votos. Ora, não sendo crível que, nalguns poucos meses, sem nenhuns trabalhos de organização, se houvesse criado, como que espontaneamente, um novo Partido Republicano que sobrepujasse em elementos e força os antigos partidos, já de há muito constituídos, do regime, era visível e palpável que toda a votação esmagadora que viera legalizar perante o País e perante o estrangeiro a situação política do chefe do Estado e do seu Governo — salvo o minúsculo contingente do imponderável centrismo — era retintamente monárquica. Os monárquicos deram ao sidonismo a carne da maioria e ficaram para si com o osso da minoria. Por outro lado, consolidavam, dentro do regime, com um voto de confiança nacional, a própria pessoa do presidente. E, se esta não é a verdade, pergunta-se: onde se sumiu logo essa poderosíssima força partidária do sidonismo, que, fora do poder, nunca mais se manifestou nas urnas, mandando às sucessivas legislaturas um só deputado que fosse?

É, pois, fora de dúvida que toda a força política e eleitoral do sidonismo era uma força de empréstimo, cedida num intuito patriótico a favor da ordem pela grande massa monárquica, que constitui o estrato mais profundo e mais vasto da opinião nacional.

Mas não foi só na urna que os monárquicos apoiaram o sidonismo. O seu auxílio fez-se também na Administração e, sobretudo, nos comandos militares. Foram solicitados monárquicos para governadores civis, administradores de concelho, comissários e inspectores de Polícia, membros das comissões administrativas dos distritos, municípios e paróquias. Com alguns distintos oficiais do Exército, demitidos ou fora do serviço, se instou para que consentissem na sua reintegração ou voltassem a ele e aceitassem comandos superiores. Quase todas, se não todas, as unidades do corpo de tropas de Lisboa foram entregues a oficiais monárquicos de reconhecida competência, que fizeram dessas forças um magnífico núcleo militar, bem exercitado e disciplinado e cujo brilhante aspecto marcial se admirava nas belas paradas e manobras que então a miúdo se realizaram na capital.

Tudo isto prova que a *charpente* política e a base da ordem pública, que mantinham de pé o sidonismo, eram substancialmente monárquicas. O sidonismo não passava, assim, duma construção instável de república presidencial, assente no alicerce conservador das velhas influências e elementos sobreviventes da Monarquia.

Era um equívoco político, sem dúvida — um equívoco que não podia durar indefinidamente. Nem de Sidónio Pais podiam os monárquicos esperar um Monk, nem o ditador podia alimentar ilusões sobre a probabilidade dum *ralliement* das poderosas forças realistas, suas aliadas. Ele tinha provas da sua lealdade, não lhe faltavam também razões para dever crê-las obstinadamente inconvertíveis.

Não era fácil prever como esse equívoco findaria. Um acesso pôs-lhe termo — um termo inesperado, brusco e lamentável. [...]

Morto Sidónio, o sidonismo, que era ele com as suas excepcionais qualidades e o prestígio do seu triunfo, ficou ferido de morte. Mas, ainda na confusão dessa hora de drama, de que se poderiam ter aproveitado para um golpe decisivo na República, os monárquicos mostraram a sua isenção e a sua lealdade, levadas até ao ponto de intervirem na eleição do novo presidente.

Entretanto, a reacção demagógica, que, em vida de Sidónio, se começara manifestando, como na revolução de Coimbra de 12 de Outubro, prontamente abafada, intensificava-se de dia para dia. As forças militares do Norte, sobretudo as da guarnição do Porto, alarmavam-se justamente com essa ameaça dum ressurgimento do democratismo demagógico, cujo triunfo seria o malogro total desses esforços pela restauração da ordem e do princípio da autoridade, em que tinham sido os leais e dedicados cooperadores de Sidónio Pais. Daí, a formação das juntas militares, que se constituíram em sentinelas vigilantes dos acontecimentos. A feição que as coisas públicas iam tomando em Lisboa, as fraquezas e indecisões que sentiam na política do novo presidente e do seu Governo, traziam os chefes inquietos.

Previam-se novas tentativas radicais; e a necessidade de agir em possíveis e prováveis emergências começava a apresentar-se aos seus espíritos como uma hipótese a considerar e a prevenir com resoluções firmes. [...]

(Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação — A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, 1925, pp. 13-19)

### Doc. XXIII — Depoimento de Campos Lima

Em volta do capitão Solari Allegro, monárquico confesso, sob a direcção do qual está a Polícia do Porto, congregam-se os monárquicos. Estes promovem manifestações de simpatia e aplauso aos seus actos de violência contra os republicanos, uma delas feita pelos cabos de esquadra de polícia, outra promovida pelo jornal monárquico *Pátria*, sendo-lhe por essa ocasião entregue uma baixela de prata, como prémio da sua atitude anti-republicana.

O governador civil, Margaride, era já então um elemento suspeito. Defendia a atitude do capitão Solari Allegro, como mais tarde defendeu a Junta Militar do Norte.

Sidónio Pais parece ver então o perigo para a República. Em Coimbra, na festa da reabertura da Universidade, lamenta-se num discurso, que na imprensa monárquica foi atacado como inconveniente, de ter perdido o apoio dos conservadores. Imagina, por esse tempo, demitir o governador civil do Porto, que fará substituir por seu irmão, o major Alberto Pais, e terminar de vez com a acção perturbadora que vinham exercendo os monárquicos do Porto. Determina-o a isso o facto de o próprio jornal sidonista *Voz Pública* ter sido ameaçado de um assalto pelos *trauliteiros*, ou sejam, grupos de caceteiros organizados pela Polícia e dos quais faziam parte polícias, guardas-republicanos e civis, por este jornal protestar contra as violências que continuavam a exercer-se contra os presos políticos. E chega a proferir esta frase, em que se traduz bem a sua falta de confiança nos homens a quem entregara o Porto: «Tem de se fazer isto, nem que eu tenha de mandar cercar o Porto com tropas.»

Comentando esta atitude, escrevia eu então com destino à *Manhã*, em crónica do Porto:

«Está já há bastantes dias demissionário o governador civil do Porto. E até agora não há sinais de novo chefe do distrito. O caso, do ponto de vista da ordem social, pouca importância parece ter, visto como, com ou sem governador, quem domina o Porto é o caceteiro, que tem já foros de cidade e que está livre de todos os incómodos com a simples apresentação de um bilhete de identidade em que a qualidade *profissional* é indicada por dois cacetes a tinta verde cruzados um no outro. Com ou sem governador civil, parece que será assim sempre. Mas, apesar disso, esta demora na nomeação da principal autoridade administrativa do distrito não deixa de ser estranhamente significativa. Na verdade, parece que o Sr. Dr. Sidónio Pais não dispõe de muitas pessoas de préstimo e de verdadeira confiança para poder destacar uma para o Norte, a pôr em execução a sua vontade, fundamento do actual regime, nesta 2.<sup>a</sup> República, odiada dos republicanos e querida dos monárquicos. O problema da eliminação definitiva da pancadaria nos presos e dos assaltos à casa do cidadão indefeso parece ser insolúvel. O Dr. Sidónio Pais desejaria resolvê-lo colocando aqui alguém que fosse a garantia de que tais factos cessariam de vez. Poderia consegui-lo? Talvez. Mas isso desagradaria profundamente os monárquicos, e é essa a principal dificuldade e a razão, certamente, das hesitações do Governo na nomeação do novo governador civil.

Porque os monárquicos, dadas as circunstâncias excepcionais em que tem de operar o sidonismo, ao qual a grande massa dos republicanos não é afectada, constituem uma verdadeira força que o Governo não pode inteiramente desprezar. Eles o dizem claramente, proclamando, como o fazia no dia do aniversário de D. Manuel a *Pátria*, que não têm feito a Monarquia por patriotismo e que a farão logo que o entenderem dever fazer. E isto passa na censura, como se a censura fosse feita, e deve sê-lo, pelos monárquicos. Por isso mesmo, nem há-de ser possível ao Governo ter aqui um delegado seu capaz de dar uma aparência de ordem e de tranquilidade à vida portuense, nem lhe há-de ser fácil desalojar do commissariado o Sr. Solari Allegro, que os monárquicos consagraram em homenagem pública.

Há quem me garanta que um tal facto provocaria uma verdadeira revolução, sem lhe faltar o indispensável elemento militar.

Foi nesta atmosfera de insegurança, de intranquilidade, de terror, que o Porto recebeu a notícia do armistício dos Aliados com a Alemanha [...]

Enquanto o armistício era aqui festejado pela colónia inglesa, que só à sua conta absorveu uma boa porção de pipas de vinho do Porto, fazendo subir o seu preço 50 por cento, o tripeiro aparecia nas ruas quase bisonho, concentrado, lendo nas paredes os *placards* dos jornais, sem exteriorizar num gesto, numa palavra, numa qualquer manifestação de entusiasmo, a satisfação da vitória. E não é isto natural numa cidade por assim dizer coacta, em que o mais pequeno pretexto nos leva ao Aljube e lá aos processos disciplinares da Polícia?

Poderá o Sr. Dr. Sidónio Pais fazer alguma coisa para acabar com esta situação, perfeitamente contraditória com as suas afirmações quando aqui censurou a agressão dos presos políticos? Repito: não o creio. A prova é que o seu órgão jornalístico aqui no Porto teve de suspender de novo a sua publicação, por se ver ameaçado pelos caceteiros. A prova é que, tendo esse jornal espalhado nos seus *placards* a notícia da sua suspensão e explicando-a com este facto, logo da Polícia veio para a imprensa nota oficial desmentindo-o e pondo a mão no fogo pela inocência dos mesmos caceteiros. A prova é que, pretendendo ainda o jornal suspenso publicar um suplemento em que *provasse* todos os factos e pedindo garantia de que tal suplemento não seria apreendido, nem nessa parte censurado, lhe não foi permitida a publicação solicitada. A prova é que, enquanto isto se fazia, polícias fardadas andavam arrancando das paredes os *placards* do referido jornal, que não fez mais do que defender a doutrina do Sr. Dr. Sidónio Pais.

É que, se o Sr. Dr. Sidónio Pais põe, os monárquicos dispõem...

A censura em Lisboa cortou-me esta crónica, mas nem por isso ela deixava de corresponder à verdade, como mais tarde os factos demonstraram. Quando Sidónio Pais se propôs partir para o Porto, foi assassinado. Mas, já no Porto, a esse tempo secretamente se havia constituído a Junta Militar e talvez, para a memória desse homem tão discutido e pelos mais apaixonados acusado de traição, tivesse sido uma solução salvadora a do seu desaparecimento, quando já sobre a República os monárquicos preparavam o assalto.

O Parlamento elege então, fora do sistema da república presidencialista criado por Sidónio Pais, o novo presidente, que é o presidente do Governo, almirante Canto e Castro, que o próprio Governo escolhera como seu chefe logo após o atentado. O novo presidente restitui à República as suas fórmulas constitucionais, promete acatar as decisões do Parlamento, torna responsável o Ministério e os secretários de Estado passam de novo, no *Diário do Governo*, a ser designados como ministros. Isto, por si só, constitui o mais formidável golpe na reacção autoritária que se vinha delineando na República. Apareceu então a público a Junta Militar do Norte, secundada por uma Junta Militar do Sul, reclamando a organização de um governo militar. De norte a sul do País, os republicanos soltam o seu brado de alerta. Os monárquicos, apesar de saberem presos a maior parte dos elementos republicanos de valor combativo, arreceiam-se de lançar imediatamente o movimento monárquico. É interessante comparar as duas proclamações da Junta Militar, a primeira em que nem de longe se faz uma referência à República e a segunda em que, recuando, a Junta procura cobrir os seus manejos, como se nem por sombras pensasse em derrubar as instituições.

Não consegue, porém, ludibriar ninguém. Os republicanos agitam-se, procuram unir-se, para reagir [...] Deve reagir-se contra a absorção dos poderes pelo militarismo, combater-se a supremacia do poder militar. Todos os republicanos, socialistas, sindicalistas e libertários podem, sem prejuízo dos seus princípios, aceitar esta fórmula, que nos poderá unir a todos, embora transitoriamente, nesta hora de perigo para as liberdades já conquistadas.

Que se poderia fazer, porém, nesse momento? Lembro aos do meu grupo, um pouco receoso do puritanismo de alguns, que se poderia tentar uma grande manifestação pública, que junto do presidente da República significasse neste momento o apoio de todas as esquerdas às instituições, para cuja defesa nos oferecíamos decididamente. Quando em França, numa crise idêntica, a República correu perigo, não desdenharam também os libertários e quase só eles, de apoiar o presidente Loubet na importante manifestação que lhe fizeram em Longchamp. Emílio Costa, Sobral de Campos e outros aceitam a ideia. Iniciámos logo os primeiros trabalhos, comunicando o nosso propósito aos republicanos dos três partidos históricos, e alguns membros do conselho do Partido Socialista, à União Operária

Nacional e aos próprios republicanos sidonistas. A ideia dessa manifestação generaliza-se. O próprio presidente do Ministério, Tamagnini Barbosa, informado dos nossos intuitos por Sobral de Campos, aprova-a e promete autorizá-la. Vai mesmo mais longe: pede para que essa manifestação, que nós deveríamos fazer no primeiro domingo de Janeiro, dia 5, se realize no dia 1, por ocasião dos cumprimentos oficiais do Ano Bom. Há pouco tempo, porém, para fazer todas as convocações às associações operárias e aos agrupamentos partidários e a manifestação fixa-se para o dia 5. O Partido Socialista lança então a primeira convocação em público, que a censura deixa passar, prevenida pelo Governo. A União Nacional Operária presta a sua adesão e o mesmo fazem os partidos republicanos históricos. *A Situação*, órgão sidonista, dá publicidade à ideia da manifestação. Tudo parece indicar que ela se fará e será uma alta afirmação da defesa da República.

Mas os monárquicos começam a combater a tentativa desse cortejo da população de Lisboa, que promete ser silencioso e ordeiro, e alcunham-no de parada bolchevista e convidam o Governo a não o permitir, visto que Lisboa está em estado de sítio. *A Situação* chega ainda a responder à imprensa monárquica que o facto de se estar em estado de sítio não implica a proibição das reuniões que o Governo não julgar inconvenientes para a ordem pública. Mas já alguns oficiais do Exército começam a apreender prospectos que os libertários, a União Operária e os socialistas haviam feito distribuir, e promovem a prisão dos seus distribuidores. A Polícia tem ordem de simular que acata a vontade desses oficiais e de pôr logo a seguir em liberdade os presos por tal motivo. O Governo parece pois estar connosco.

Mas as Juntas Militares continuam exercendo pressão sobre o Governo e quase na véspera da manifestação, numa nota oficial elaborada de madrugada no Palácio de Belém, o Governo declara proibir a manifestação, com os mesmos fundamentos já dados pelos monárquicos nos jornais! Decididamente, o Governo transige com as Juntas Militares. E é assim que nós, libertários, os socialistas, e muitos sindicalistas somos pelo próprio Governo empurrados para a conspiração republicana, que então começa preparando um movimento revolucionário para a defesa da República.

Quem já então a esse tempo manda no Norte é a Junta Militar. Faz deslocação de tropas sem consultar o Governo, como se contasse com a cumplicidade deste. Contra a guarnição de Vila Real, que declara não acatar a Junta Militar do Norte, mas o Governo da República, envia uma coluna comandada pelo major Margaride. Em Lisboa tem-se esboçado já um pronunciamento militar, promovido pela Junta do Sul e cujos delegados são recebidos pelo Governo, em vez de serem presos. O perigo para a República é evidente. No entanto, o presidente do Ministério parece não o ver. Paramenta com a Junta do Norte, envia-lhe delegados e por fim transige com ela, procurando uma conciliação e reorganizando o Ministério, para o qual entram três monárquicos.

A opinião republicana sobressalta-se de novo e de novo se tenta um movimento revolucionário. Mas, em Lisboa, por uma ligação mal feita com o Castelo de S. Jorge, o movimento fracassa logo e só consegue resistir algum tempo em Santarém, cuja guarnição se subleva e dias depois se rende para evitar maior efusão de sangue e dando ao seu acto a significação dum protesto contra a organização do novo Ministério, que não merece a confiança dos republicanos.

De novo começam a encher-se com republicanos as prisões, embora o presidente do Ministério, e sobretudo muitos dos elementos sinceramente republicanos que apoiam o Governo, comecem a aperceber-se do perigo que está correndo a República, cujos cargos de confiança estão nas mãos dos monárquicos, já então em manifesta hostilidade ao regime.

(Campos Lima, *O Reino da Traulitânia*, 1920, pp. 18-29)

## Doc. XXIV — A libertação dos presos políticos no Porto

(a)

*A visita de Sidónio Pais ao Porto* / O chefe do Estado assistiu à distribuição de sopa a 400 pobres. Antes de ter começado a distribuição, Sidónio Pais provou a sopa, que era preparada em caldeirões do regimento de cavalaria n.º 9.

Dirigiu-se depois para o edifício do Aljube, a fim de ouvir, um por um, todos os presos que ali se encontravam detidos como implicados no último *complot*. De todos tomou nota das suas reclamações. Do Aljube seguiu para o Paço Episcopal, à Sé, e nos baixos do qual, numa dependência térrea transformada em prisão, se

encontravam seis presos políticos. Ouvindo-lhes os queixumes, em determinado momento, agarrando em dois que estavam expondo as suas queixas, trouxe-os até à porta da prisão, dizendo: «Estão livres! Vão-se embora!» Entretanto, voltando ao interior dessa prisão, disse para a comitiva e autoridades que o haviam acompanhado: «Amnistio todos os presos políticos.»

No gabinete do comissário-geral, o capitão Tamagnini Barbosa, acompanhante de Sidónio, interrogou os agentes da polícia que os presos políticos acusaram de seus espancadores, ficando desde logo suspensos de exercício e vencimentos. Entretanto, o capitão Sollari Allegro, encarregado das investigações relativas a um «complot político», apresentou de imediato a sua demissão, apesar das diligências em contrário do capitão Melo de Carvalho. O subinspector da mesma polícia, capitão Luís Vieira Alves, igualmente pediu a sua exoneração. Demitiram-se ainda todos os chefes de esquadra e constava que também o capitão Costa Soares era movido pela mesma intenção.

(A Pátria de 18 de Maio de 1918)

(b)

*Absolutismo?* / No Palácio de Cristal, como na Câmara Municipal de Lisboa, o Sr. Dr. Sidónio Pais pediu para que, sempre que errasse, lhe apontassem publicamente os seus erros para os corrigir e deles se penitenciar. É o que vimos fazer hoje, a menos que haja por aí alguém que entenda que o pedido não era sincero, ou que devemos abdicar do direito de falar a verdade a quem quer que seja. Seja como for, suceda o que suceder, cumpramos nós o nosso dever, deixando aos outros a inteira responsabilidade pelos actos que praticarem.

O Sr. Presidente da República está vendo muito mal o significado da sua eleição e apreciando-o por um prisma ilusório, que pode conduzi-lo aos maiores erros políticos e desviá-lo do caminho que a simpatia pública lhe tem juncado de flores e cercado de aplausos.

O facto da sua eleição não quer dizer que a nação portuguesa se lhe tenha lançado incondicionalmente aos pés, nem que os seus actos, por mais benemerentes que sejam, não de fatalmente concitar aclamações, ainda mesmo que tal *benemerência* se confunda e se pareça com uma *abdicação*.

O facto da sua eleição não significa que o povo português veja com bons olhos o exercício *de facto* de um regime presidencialista, quando, concomitantemente com a escolha de S. Ex.<sup>a</sup> para a presidência, ele escolheu também os seus representantes para duas assembleias legislativas e só a *esses* pode ter conferido o direito de escolher a forma constitucional que pretende e deseja *no actual momento*.

É, pois, um erro, e gravíssimo, o que se está praticando e que, no espírito geral do País, deixa a impressão de que o Sr. Presidente se propõe governar Portugal discricionariamente e com poderes mais largos que os de um rei absoluto.

Ora a nação portuguesa não é das mais fáceis de governar com tal sistema, porque não suporta facilmente um jugo de absolutismo quem tantas e tão sangrentas e prolongadas lutas sustentou para se libertar dele.

O acto impulsivo de generosidade que S. Ex.<sup>a</sup> teve anteontem para com os presos políticos implicados no *complot* terrível que visava a lançar a cidade do Porto nos horrores de um novo Dia de S. Bartolomeu ou nos trágicos tempos da Comuna de Paris não teve o acolhimento que visava conquistar, pelo simples motivo de que o País inteiro cobriu de execração aqueles que conceberam e se propunham levar a efeito tão monstruoso plano. E, se S. Ex.<sup>a</sup> tivesse ouvido a opinião geral, e se aos seus ouvidos chegassem *as vozes da verdade*, e não as das adulações dos seus turibulários, veria como a opinião geral recebeu com desagrado esse gesto e *aplaudía* todas as autoridades do Porto, que, em um belo movimento de solidariedade, apresentaram a sua demissão.

Para se ver quão mal recebida foi a notícia, bastará dizer que houve um imediato arrefecimento nas manifestações de agrado que a S. Ex.<sup>a</sup> deveriam ser feitas, arrefecimento que a ninguém passou despercebido.

Na verdade, assim foi, e compreende-se.

Quando a opinião pública estava vendo com admiração a actividade, a inteligência, a dedicação e o esforço com que as autoridades do Porto estavam procedendo, perdendo noites e noites, sofrendo incómodos, correndo riscos e granjeando a inimizade dos que, se amanhã triunfasssem, só se contentariam vendo-as trucidadas impiedosamente, num momento o Sr. Presidente da República anulou todos esses

serviços, deixando-nos *a todos* outra vez no sobressalto e nas inquietações, porque às cadeias não se vai buscar arrependimento e quem ontem conspirava conspirará amanhã e sempre, como nobremente o declarava esse moço estudante Ângelo Moraes, que, nas declarações feitas às autoridades, pôs toda a sinceridade da sua alma de rapaz.

Houve presos políticos que foram maltratados?

Um único caminho haveria a seguir e uma única reparação a dar-lhes: levantar um inquérito rigoroso para se apurarem as responsabilidades de quem cometeu tais selvagerias e castigar severamente os responsáveis por elas. Daí até ao ponto de, num simples gesto, se lavrar um decreto de amnistia vai uma diferença infinita, porque esse gesto *só tem uma forma legítima de se exprimir: o Diário do Governo.*

Proceder de maneira diversa é tirar a toda a gente a vontade de consolidar uma situação que só se aguentou até agora e só se aguentará daqui para diante desde que à sua volta tenha as dedicações que até aqui a têm servido.

Proceder de maneira diversa é tirar prestígio às autoridades que tão esforçadamente o souberam conquistar e que são o melhor sustentáculo da situação que o Sr. Sidónio Pais encarna, o qual, por seu turno, será, sem dúvida, também sacrificado no dia em que esse apoio lhe falte.

O pior é que a sua queda arrastará a de todos nós, que, verdade, verdade, nos não sentimos muito dispostos a ser imolados nas aras da demagogia, nem trucidados por esses bombistas de profissão que, por meio da metralha, tentavam e se propunham derreter (era o termo), à saída dos seus quartéis, as tropas da guarnição da cidade que fossem mandadas sufocar os tumultos, os incêndios e a pilhagem que seriam o início da revolta que deveria lavar por todo o País.

O acto do Sr. Presidente da República, libertando-os, foi de piedade por presos que um qualquer agente da autoridade abusivamente maltratou?

Queremos acreditá-lo; mas o chefe de um Estado, seja quem for, tem de pôr acima dos impulsos do seu coração os interesses do País e o respeito à lei.

O público já se não condói tão facilmente, porque muitos daqueles que agora se dizia terem sido maltratados foram verdadeiras feras para com outros presos políticos que sofreram os mesmos agravos e os mesmos vexames, alguns dos quais até foram esfaqueados sem que por eles ninguém tivesse piedade nem misericórdia.

Demais, esses não tinham um tão vandálico plano, nem jamais lhes encontraram bombas aos milhares, capazes de transformar a cidade do Porto num vulcão enorme.

Quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre, é ditado velho e que, *mais cedo do que se julga, virá a ter uma inteira confirmação.*

(Pátria de 20 de Maio de 1918)

## **Doc. XXV — Medidas económicas do sidonismo apreciadas pela imprensa monárquica**

[...] É preciso realizar um acto de força, porque sem ela tudo se perderá, e o Sr. Sidónio Pais tem encontrado as mais dedicadas cooperações para essa obra de pacificação.

Poderá ele realizá-la? Há muito quem o duvide [...]

A agitação demagógica parece ter convencido o Sr. Sidónio Pais de que a preconizada aproximação das esquerdas não pode realizar-se, e os que dentro do Ministério alentavam essa esperança reconheceram que têm de mudar de rumo [...]

Não tendo as classes operárias realizado o seu protesto junto de Belém, para que se modificasse a gravidade da sua situação, em face da carestia da vida, porque a isso se opôs a necessidade de manter a ordem pública, o Sr. Sidónio Pais lançou-lhes do alto da moradia dos antigos reis estas esperanças: as senhas do racionamento gratuitas, a criação de armazéns para os géneros de primeira necessidade e a fabricação de duas classes de pão, uma para os pobres, a 120 réis o quilo, outra para os ricos, a 280 réis o quilo.

Calaram-se as classes operárias com este rebuçado sidonista em hora do perigo? Não. E digo que não porque, embora as senhas sejam gratuitas, continua a não haver os géneros na cidade ou, se existem, se obtêm por um preço exageradíssimo.

Para o fabrico do pão barato conta o Governo com os excessos das províncias do Norte, que canalizarão para Lisboa o milho indispensável. Mas onde é que se encontram essas reservas, se elas não chegam para as regiões que vivem quase exclusivamente dessa alimentação?

Parece-me, portanto, que as boas promessas do Sr. Sidónio não chegarão a beneficiar a capital, a não ser que se deixe o resto do País desprevenido de um género de primeira necessidade.

(A Pátria de 17 de Outubro de 1918)

#### Doc. XXVI — A morte de Sidónio

(a)

«Sei que morro! Salvem a Pátria!» — foram as suas últimas palavras no Hospital de S. José / «Salvem a Pátria!» — É um mandato imperativo de quem poderia ter dito e não disse: «Salvem a República!» Salvem a Pátria! Sim, salve-a o Exército, salvem-na aqueles todos que têm a obrigação imperiosa de a salvar.

(A Pátria de 16 de Dezembro de 1918)

(b)

Os funerais do Sr. Dr. Sidónio Pais / Um incidente lança o pânico na multidão com desastrosas consequências / [...] A certa altura do desfile começaram quase todos os que se encontravam na Rua Augusta a correr desvairadamente em todas as direcções gritando: «Fujam, fujam!»

[...] Muitas casas da Rua Augusta foram atingidas pelas balas, especialmente o Hotel Duas Nações, de onde também se dizia terem partido os tiros. O seu proprietário declarou que foi procurado para alugar as suas janelas por quantias elevadas. Não o quis fazer [...]. Todos os seus hóspedes eram pessoas de reconhecida confiança, comerciantes e capitalistas da nossa praça, muito conhecidos [...]. Na Rua Augusta, muitos soldados fizeram fogo repetidas vezes [...].

(Diário de Notícias de 22 de Dezembro de 1918)

#### Doc. XXVII — Quem matou Sidónio Pais?

(a)

O misterioso «complot» / Após o crime, Solari Allegro, comissário-geral da Polícia no Porto, declarou a um jornalista e foi relatado na imprensa que, tendo conhecimento da existência dum *complot* para assassinar o Dr. Sidónio Pais, havia feito o aviso para Belém e tomado todas as medidas preventivas desde o Porto até Coimbra.

Não se pode compreender que Solari Allegro, usando e abusando das prisões preventivas, não tivesse procedido à prisão preventiva de todos aqueles que estavam comprometidos no *complot* [...]. E tão ao corrente estava de tudo, que procurou adiar a viagem presidencial, afirmando que, se o Dr. Sidónio Pais escapasse em Lisboa, Entroncamento e Mealhada, não escaparia no Porto (A Morte do Dr. Sidónio Pais, por Roma Neto, p. 71) [...].

(b)

O Dr. Sidónio Pais saíra do Palácio de Belém acompanhado dos seus ajudantes e secretários, chegando à estação do Rossio [...] onde era aguardado por todas as autoridades e Governo, com excepção do ministro da Guerra [...] A notícia do crime corre velozmente por toda a cidade. Todos correm ao hospital e a Belém. Todos, não, [...] falta o ministro da Guerra! [...] O Conselho de Ministros reúne-se durante horas e, quando estava prestes a findar, eis que chega o Sr. Tenente-Coronel Álvaro de Mendonça, impondo um governo de força! Um governo de força onde não entrassem republicanos! Donde vinha tão tardiamente o Sr. Ministro da Guerra? S. Ex.<sup>a</sup> vinha de realizar conferências com os comandantes dos regimentos da guarnição e com os *ministeriáveis monárquicos!* Fora aos quartéis da guarnição para ordenar rigorosas prevenções (*sic*) e fora junto dos *ministeriáveis monárquicos* para...

Porque não dizê-lo? Para efectivar a planeada traição, urdida pelos monárquicos contra a República, ainda em vida do Dr. Sidónio Pais [...]. Sabe-se ainda (a imprensa assim o disse) que também o tenente-coronel Álvaro de Mendonça tinha conhecimento da existência e dos planos dos *complots* e que disso tudo avisara o Dr. Sidónio Pais.

Porque não tomou as medidas necessárias para evitar o crime, ele que, nesse momento, por estarem suspensas as garantias constitucionais, tinha a seu cargo a manutenção da ordem e da segurança pública? [...].

Afirmou-se que o criminoso era *democrático e maçã* e entretanto *não há coisa alguma que prove* que ele estivesse filiado no Partido Democrático e já está demonstrado que *não era maçã!* [...]

De *A Capital* de 9 de Janeiro de 1919: «Uma revelação sensacional fê-la o Sr. Feliciano da Costa, no seu discurso de ontem: a de que o Sr. Dr. Sidónio Pais, convencido da pouca lealdade de elementos monárquicos que diziam acompanhá-lo com dedicação, ia declarar guerra a esse fingido e traiçoeiro apoio. A sua ida ao Porto representava o início do rompimento de hostilidade com os monárquicos. O Sr. Feliciano da Costa terminantemente afirmou que o Sr. Dr. Sidónio Pais, na sua viagem àquela cidade, não só demitiria os monárquicos Solari Allegro e Alberto Margaride dos cargos que ocupavam, respectivamente de comissário de Polícia e governador civil, como ia dar um golpe na constituição das juntas militares, fazendo várias substituições de comandos [...]

[...] Como se compreende que Solari Allegro, que exercia as funções de comissário interino, a quem o Sr. Dr. Sidónio Pais *queria demitir*, fosse nomeado comissário efectivo *dois dias* depois do assassinato do Sr. Dr. Sidónio Pais? A nomeação de Solari Allegro foi uma imposição ao Governo? Quem fez essa imposição? [...]

(Eurico de Campos, inspector da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra, *Quem São os Assassinos do Dr. Sidónio Pais?*, estudo de investigação criminal, Coimbra, 1919)

### Doc. XXVIII — Proclamação de oficiais do 5 de Dezembro

*Portugueses! Proclamação dos oficiais revolucionários do 5 de Dezembro* | No período grave que a Pátria vai atravessando, alguns propagandistas mal-intencionados pretendem separar em grupos o nosso glorioso Exército, que ao lado do Sr. Dr. Sidónio Pais compreendeu e auxiliou a obra de salvação nacional.

Não se apresentam de face descoberta os criminosos propagandistas, mas procuram iludir os bem-intencionados, reclamando uma ditadura militar para encerrar o Parlamento republicano — suprema expressão da soberania nacional. Ficar-lhes-ia assim aberto o caminho da violência e perseguiriam a República, fuzilando os seus defensores na parada dos quartéis.

Falam em nome da justiça, apresentam-se como continuadores da obra do Sr. Dr. Sidónio Pais, quando apenas desejam injustiças e a aniquilação dessa obra que eles querem arrancar às mãos leais daqueles que lealmente a auxiliaram!

Não se atrevem a gritar monarquia, mas para ela trabalham; e, fugindo ao combate nobre de peito descoberto, armam o salto, aspirando previamente a iludir a boa-fé do Exército, que eles pretendem rebaixar ao serviço dos seus mesquinhos e antipatrióticos ideais. Querem fuzilar o ideal republicano, mas, como lhes treme o braço covarde, tentam empurrar o Exército à violência e à chacina por conta de seus interesses.

Está no poder um governo continuador legítimo da obra de ordem e República iniciada pelo glorioso morto. A maior parte dos homens que o constituem colaboram nessa obra e dão, pelo seu passado, garantia de que sabem e podem fazê-lo. Qual, portanto, a razão por que pretendem escorraçá-los?

O Parlamento também, pelos votos da sua maioria, auxiliou essa obra. Porque pretendem encerrar as suas portas?

Povo, Exército, Marinha, neste período da nossa história, quando todas as potências têm os olhos fitos em nós, um desgraçado bando de fanáticos quer restaurar a Monarquia, fugida pela Ericeira, sobre um alicerce de sangue e de mentiras, sem preocupação pelos destinos e sagrada independência da Pátria.

Ninguém se deixará iludir. Todos hão-de permanecer firmes nos seus postos de honra, ao lado do presidente e do Governo da República, ao lado do Parlamento Português, porque são eles os herdeiros do ideal e da obra do Sr. Dr. Sidónio Pais.

Viva a Pátria! Viva a República! Vivam as forças de terra e mar!

*Os oficiais revolucionários do 5 de Dezembro.*

(A Situação de 24 de Dezembro de 1918)

### Doc. XXIX — A manifestação unitária republicana de 5 de Janeiro de 1919

*Em estado de sítio | Uma manifestação!* | Em pleno estado de sítio, o Governo a que preside o Sr. Tamagnini Barbosa permitirá a inconvenientíssima manifestação socialista-liberal que se anuncia para o próximo domingo, com o pretexto de...

nortear o chefe do Estado na solução da crise política, fazendo uma xaropada de concentração?

Por nos encontrarmos em estado de sítio, proibiu em Novembro último o Governo de que fazia parte o mesmo Sr. Tamagnini Barbosa a manifestação operária em Belém. Vai agora consentir a que se projecta e assumir as consequentes responsabilidades?

Chama-se a isto manter a ordem e continuar a obra do presidente Sidónio Pais?

D'O *Século* transcrevemos este significativo trecho do manifesto publicado pelos socialistas chamando a multidão ao cortejo:

«É no próximo domingo, 5 de Janeiro, que os representantes do Partido Socialista e de todas as agremiações operárias republicanas, comerciais, industriais, científicas, literárias e, enfim, de todas as colectividades civis do País, partindo da Rotunda, pelas 11 horas, irão fazer entrega da referida mensagem.

Por isso, os corpos directivos do Partido Socialista Português, convencidos de que interpretam fielmente os sentimentos de todos os liberais portugueses e de todas as classes trabalhadoras, esperam que toda a população de Lisboa, livre de quaisquer preconceitos partidaristas, os acompanhe nessa manifestação pacífica e silenciosa de protesto contra o procedimento dissolvente das chamadas 'Juntas Militares' e de apoio ao chefe do Estado republicano, para que mantenha intacto o prestígio das suas altas funções.»

São muito significativos também estes avisos insertos no *Diário de Notícias*:

«O Directório do Partido Republicano Português adere à manifestação liberal promovida pelo Partido Socialista e convida as comissões políticas, os centros, e bem assim todos os correligionários, a incorporarem-se no cortejo.»

«Os corpos dirigentes do Partido Republicano Evolucionista, fiéis aos seus princípios, aderem à manifestação liberal promovida pelo Partido Socialista e convidam todos os seus correligionários a incorporarem-se no cortejo, que se organizará em dia que oportunamente será indicado.»

... Há apenas dezanove dias que foi assassinado Sidónio Pais!

É isto a continuação da obra de Sidónio Pais?

É assim que se pacifica e se reconcilia a sociedade portuguesa, pondo em cheque o Exército, defrontando-lhe as massas populares, levadas pelos *meneurs* de todos os movimentos de agitação?

Já pensou bem o Sr. Tamagnini Barbosa na responsabilidade esmagadora que está tomando sobre os seus ombros? Ou quererá enterrar, não já a República, mas o País e atirá-lo para a salada russa?

(O Dia de 2 de Janeiro de 1919)

#### Doc. XXX — «Carta aberta» de João de Almeida a Tamagnini Barbosa

Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Tamagnini Barbosa / Vejo, pelos jornais acabados de chegar de Lisboa, que V. Ex.<sup>a</sup>, falando aos oficiais da guarnição de Lisboa, dirigiu à minha pessoa alusões que, por menos correctas e verdadeiras, quero repelir.

Como se eu alguma vez tivesse pretendido o comando de tropas da guarnição de Lisboa, disse V. Ex.<sup>a</sup> que não mo podia dar; não sei se por inabilidade minha, o que seria irrisório em face das provas que tenho dado, se por duvidar da minha lealdade. Nesta última hipótese, além do mais, transforma V. Ex.<sup>a</sup> num lugar político um cargo exclusivamente militar e, portanto, estranho a qualquer função partidária.

Para desfazer todas as insinuações venenosas que em torno deste e doutros incidentes se queiram bordar, começarei por lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, com o assentimento do Dr. Sidónio Pais, se havia formado uma *entente* entre as várias unidades militares, com um *conselho superior* formado por V. Ex.<sup>a</sup>, pelo ministro da Guerra, Sr. Mendonça, e pela minha pessoa. Que, de harmonia com os compromissos tomados por todos os oficiais que aderiram, e em obediência ao fim do programa — *caso do assassinio do presidente* —, se devia constituir um governo forte (militar), estranho a toda a política, que só pensasse nos problemas da ordem, do interesse do País, da disciplina das classes, prosseguindo na orientação do programa da revolução de 5 de Dezembro, e cuja função fora apontada e aprovada por V. Ex.<sup>a</sup>

Na noite de 15 para 16 de Dezembro fui, com mais três camaradas, ao Palácio de Belém, onde o Ministério estava reunido, pedir-lhe para que honrássemos o compromisso tomado e V. Ex.<sup>a</sup> pedisse ao Governo que decretasse a constituição do Ministério à escolha de V. Ex.<sup>a</sup>, segundo as indicações constitucionais e da classe militar, visto ele, Governo, ter nesse momento a plenitude do poder executivo e

poder, portanto, nomear ou demitir ministros. V. Ex.<sup>a</sup> deve recordar-se da resposta que me deu e da minha réplica, e que só o receio de uma suposta intervenção NOS impediu, a nós, de executar o compromisso de honra que, como V. Ex.<sup>a</sup>, havíamos tomado.

Até ali não vira V. Ex.<sup>a</sup> no meu credo político razão para não poder colaborar com outros camaradas na constituição de um governo ou no desempenho de qualquer cargo, fosse ele qual fosse. Eleito o novo presidente, aberta a crise ministerial, V. Ex.<sup>a</sup> soube *que dos vários pontos do País vieram emissários de todas as guarnições, pedindo o cumprimento do compromisso tomado*, e que, dum modo geral, indicavam o meu nome, não só para sobraçar uma pasta, como para presidir a um governo militar.

V. Ex.<sup>a</sup> teve medo de mim, tomando-me como um concorrente! E então entendeu que a intriga seria a melhor arma para me bater. Foi insinuar aos elementos do 5 de Dezembro que eu era monárquico e, portanto, contra a obra de Sidónio Pais — esquecendo-se V. Ex.<sup>a</sup> e eles de que fora eu quem, tendo prestado todo o concurso ao presidente, lhes salvara a situação em 12 de Outubro e que, depois, Sidónio Pais me consultara até acerca da constituição dum governo militar e me oferecera o comando do corpo de tropas. Abocanhando a minha lealdade, que está acima de quaisquer apreciações de V. Ex.<sup>a</sup>, foi explorar nas massas republicanas com as minhas ideias de monárquico, olvidando que eu afirmara aos próprios monárquicos que achava tão impróprio o momento para uma restauração que, se alguém a tentasse, me encontraria pela frente para a impedir. Em seguida foi declarar ao Sr. Presidente que à minha entrada em qualquer ministério se opunham todos os republicanos, e terminantemente os de 5 de Dezembro. Com esse pretexto consegui arredar-me.

Alguns dos seus amigos vieram, não sei se de moto próprio, pedir-me que desistisse de fazer parte do Ministério para que a generalidade da classe militar me indigitava e que aceitasse o comando de tropas da guarnição de Lisboa. Ora eu nada havia pedido, nem uma coisa nem outra, e apenas correspondia à confiança dos meus camaradas. Mas fui mais longe, pedindo aos oficiais que desistissem de apresentar o meu nome para qualquer cargo que fosse, visto que a insistência poderia agora revestir o carácter duma questão de pessoa.

Mais tarde mandou-me V. Ex.<sup>a</sup> perguntar se a classe militar daria o seu apoio a um ministério presidido por si. Respondemos que sim, desde que nele incluísse 7 nomes que lhe apresentámos. Na madrugada de 23 mandou-nos dizer pelo seu secretário a composição do Ministério (o actual) e que nele não poderia incluir os nomes que lhe havíamos indicado porque, consultando-os, apenas dois haviam aceitado. Eu disse aos meus camaradas que me conformava, embora da parte de V. Ex.<sup>a</sup> não visse grande correcção, pois, se as pessoas por nós indicadas não tinham aceitado, nos deveria pedir os nomes doutras ou perguntar se concordávamos com os que apontava.

Mas nessa mesma tarde se soube que V. Ex.<sup>a</sup> não havia tal consultado as pessoas por nós indicadas. Os meus camaradas foram-me buscar a minha casa e eu, não podendo faltar à confiança em mim depositada e à obrigação de honrar os meus compromissos, comandeie as tropas da guarnição de Lisboa nos movimentos de 23 para 24. V. Ex.<sup>a</sup> viu bem que estava só e eu, não querendo abusar da força nem da situação, dei por bons os telegramas de que me mandou dar conhecimento pelo Sr. General Rosado. Não querendo tomar a responsabilidade de prejuízos à Pátria desde que só pensava em ser-lhe útil, retirei para Queluz, e das diligências dos emissários que mandara com o Sr. General Rosado ao Governo resultou o acordo que formei com os outros oficiais, regressando as forças a quartéis, confiantes na palavra de V. Ex.<sup>a</sup>

A forma como a tem cumprido está patente aos olhos de todos. É a terceira vez que falta aos seus compromissos. O Exército, pelas Juntas do Norte e do Sul, pede justiça ao presidente da República, que lhe nomeie um governo forte, presidido por um general e do qual façam parte elementos militares, do 5 de Dezembro e outros indicados pela constituição parlamentar. A ambição e vaidade de V. Ex.<sup>a</sup>, lutando contra a vontade do País interpretada pelo Exército, pretende dividir e lançar na lama a classe militar.

Responsável V. Ex.<sup>a</sup> só pelos acontecimentos militares de 23 de Dezembro, pretende lançar o País numa guerra civil, desprestigiando o Exército, deturpando intuits nobres, dizendo defender a obra de Sidónio Pais e trabalhar nela, ao mesmo tempo que se liga e dá entrada a todos os demagogos que em toda a parte, e até nas tropas, estão já hoje mandando como mandaram durante sete anos.

O público compare e decida quem é, pois, mais patriota e quem procede com lealdade e correção — se eu, se V. Ex.\*  
Aveiro, 31-1-919

João de Almeida

(Pátria de 7 de Janeiro de 1918)

#### Doc. XXXI — Homenagem póstuma dos monárquicos a Sidónio Pais

Conhecedora do plano do bairro de casas económicas que vem sendo executado no lugar da Arrábida, desta cidade, por iniciativa do malgrado Dr. Sidónio Pais;

Perfilhando o pensamento de superior alcance social que determinou essa iniciativa e confiando em que da efectivação desta advirão estímulos que levem a iniciativa particular a substituir por habitações salubres e agradáveis as *ilhas* que, deploravelmente, infectam esta cidade;

E, finalmente, querendo prestar homenagem a quem tão nobremente soube antepor os interesses da Pátria ao seu credo político:

A Junta Governativa do Reino, em nome de el-rei, há por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Consideram-se em vigor o decretos e portarias referentes à construção de casas económicas, prosseguindo-se, nesse sentido, na execução do bairro da Arrábida, na cidade do Porto.

§ único. *Em memória do grande patriota, seu iniciador, passa este bairro a denominar-se «Bairro Dr. Sidónio Pais».*

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O ministro e secretário de Estados das Obras Públicas, Correios e Telégrafos o faça executar e cumprir como nele se contém.

(Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, Ministério das Obras Públicas Correios e Telégrafos, Decreto n.º 62, de 10 de Fevereiro de 1919)

#### 4. O REINO DA TRAUTITÂNIA

##### Doc. XXXII — «Trauliteiros» e repressão política no Norte durante o sidonismo

(a)

*O Norte*, jornal democrático, refere-se a uma quadrilha de bandidos, perita em agressões nocturnas, no Porto, e na qual dominam os monárquicos: *Damião da Cunha*, conspirador da incursão de Chaves; *Bento Garret*, aluno matriculado no curso superior industrial e acusado de ter assassinado o agente da polícia *Fragateiro*, e *José de Barros*, apontado como o cabecilha da quadrilha. Este último afirma na *Pátria* que não é chefe de «um grupo de caceteiros», mas que «razões de sobra teria [...] para aplicar a pena de talião a muito malandrote [...] chorando lágrimas de crocodilo manhoso...»

(Pátria de 17 de Maio de 1918)

(b)

De Braga vêm combatentes de trauliteiros para acompanhar a polícia de noite.

(A Montanha de 17 de Julho de 1918)

(c)

Em Alijó, um oficial do exército é perseguido a cavalo marinho e a tiro. / Em Guimarães reúnem-se os monárquicos. / Em Bragança reúne-se a Comissão Administrativa Monárquica.

(A Montanha de 21 de Julho de 1918)

(d)

Em 25 de Julho, assaltantes mascarados exercem actos de violência contra os jornais *A Montanha* e *O Norte*. N' *A Montanha*, para além do material tipográfico e mobiliário incendiado, é destruído um busto da República, assim como quadros de figuras republicanas, como Magalhães Lima, Afonso Costa, António José de

Almeida, Bernardino Machado, Augusto de Vasconcelos, João Chagas, Duarte Leite, etc.

(A *Montanha* de 26 de Julho de 1918)

(e)

*Os horrores do Aljube! Trinta e oito presos agredidos, entre os quais vinte e dois com a cabeça aberta* / Para proceder a um inquérito sobre as violências exercidas sobre os presos políticos é nomeado o subinspector Vieira Alves. Segundo *A Montanha*, é «um inquérito à polícia feito pela própria polícia!».

(A *Montanha* de 2 de Agosto de 1918)

(f)

*A Montanha* protesta contra a «nova inquisição policial», que, relativamente à imprensa, «arbitrariamente, se permite truncar conclusões e informes respeitantes às canibalescas torturas da polícia no Aljube». Citando *A Capital*, afirma que são presos e selvaticamente espancados «simples suspeitos de terem ligações com qualquer projectado movimento grevista».

(A *Montanha* de 21 de Agosto de 1918)

(g)

*Homenagem a António Sollari Allegro* / Numerosas listas de subscritores, envolvendo centenas de pessoas, para a compra de um valioso objecto de arte a oferecer ao homenageado / O excesso do numerário é entregue a Madame Sollari Allegro, para S. Ex.<sup>a</sup> repartir pelos pobres seus protegidos. Discursaram Martins de Almeida e Baldaque Guimarães [mais tarde demitido por Paiva Couceiro do lugar de chefe da polícia trauliteira, por imposição dos cônsules estrangeiros no Porto].

(Pátria de 9 de Novembro de 1918)

#### Doc. XXXIII — «Ou agora... ou nunca mais!» Apelo da «Pátria»

*Ou agora... ou nunca mais!* / Não se respira, asfixia-se! Não se vive, vegeta-se apenas!

O comércio quase paralisou as suas transacções, as indústrias vão entretendo os seus operários apenas, o preço das subsistências é cada vez mais elevado.

Perdeu-se a confiança, perdeu-se o equilíbrio.

Os conservadores não podem confiar em que um governo a que preside o Sr. Tamagnini Barbosa, que já se mostrou mais que disposto a aliar-se com a demagogia, lhes dê as garantias necessárias para viverem tranquilos; os demagogos não querem ser governados por outrem.

Por mais esforços que empreguem os que, por simples razões de comodismo, se satisfazem com resoluções intermédias, não conseguem resolver o problema da ordem, e não o conseguem porque a solução de tal problema depende exclusivamente da questão de regime

Toda a gente pede ordem e paz, ninguém se atreve a formular o pedido de uma mudança de instituições.

A covardia colectiva é muito grande, o medo é geral e pavoroso.

Aquelas figuras que têm prestígio escondem-se, põem-se de fora de toda a acção política.

Outras, que, embora tenham um real valor, não têm ainda a categoria de chefes, mordidos por uma tarântula de inveja, contrariam toda a acção que não dimane deles.

É o caos, é a confusão.

É preciso sair dele, é necessário acabar com isto!

Porque tremem e porque receiam?

Não têm quase exangue uma Pátria que foi grande, que foi valorosa, que deu ao mundo exemplos de bravura e de heroicidade?

Porque a não salvam?

São os receios de que o povo português se não erga, como um só homem, para vitoriar aqueles que tomaram sobre os ombros o encargo pesado de redimir a Nação?

Puro engano!

O povo português está sedento de liberdade e de ordem, de sossego e de paz.  
O povo português quer a liberdade das suas crenças, quer a economia na administração dos seus dinheiros, deseja saber em que lei vive!

Não quer mais nada, não pretende mais nada! Esta é a verdade que factos bem recentes demonstraram.

Quando, no ano passado, por este tempo, o presidente Sidónio Pais veio ao Norte, pelos caminhos que entestavam com a linha férrea viam-se mulheres, velhos e crianças ajoelhados e de mãos postas, suplicando talvez ao Céu que lhes desse felicidade e pedindo ao homem que vencera a demagogia que os libertasse dela. A esse tempo ainda Sidónio Pais não tinha imaginado a fórmula da *república nova* e o povo supunha que havia de ser pelas mãos dele que a bandeira azul e branca havia de ser reposta nas coruchéus e campanários das suas igrejas, nas suas torres e nos seus edifícios públicos.

Era nessa esperança que o vitoriava e aplaudia; era por esse motivo que o recebia com repiques de sinos e de baixo de nuvens de flores. E tanto que, mal o presidente, em Viana, fez afirmações de uma inquebrantável fé republicana, o entusiasmo esmoreceu, esfriou, como que por encanto!

O eco das manifestações do Norte repercutiu-se em Lisboa, e tanto que, no seu regresso à capital, ele foi alvo de uma imponentíssima manifestação de estima.

O povo que assistiu à sua morte, porque foi o melhor de todos os homens que a República trouxe à cena da política, mal viu surgir as Juntas Militares, que erguiam a voz para reclamarem um governo neutro e forte, ao lado delas se colocou, indo vitoriá-las por mais de uma vez, no febril entusiasmo de quem põe nelas a sua esperança derradeira.

Não quis Deus que o papel dessas juntas fosse desempenhado como o povo imaginava que o seria; e, uma vez dissolvidas elas, ficou-se atônito e espavorido, como quem sabe o que quer e deseja, mas descreu dos meios necessários para o alcançar.

É esta a situação em que se encontra e vive. Olha para o horizonte a ver se desponta alguém que saiba querer compreendê-lo, ainda na fagueira ilusão de que aqueles que podem salvá-lo tenham um assomo, um gesto, um acto de que dependa a sua redenção.

Portugal está sobre o recortado cairel de um abismo.

É necessário evitar que se despenhe no fundo. A demagogia só tem na sua história de oito anos crimes de delapidação e manchas de sangue.

Lisboa tem sido teatro de sangrentas lutas e a velha Santarém acaba de ser posta por eles a ferro e a fogo.

Por onde passam, hasteando um falso pendão de liberdade e de paz, apenas deixam a morte e o extermínio!

Não pode ser! O estrangeiro, cujas complicações os timoratos invocam como razão para a sua inactividade e falta de decisão, há-de estar admirado de não ver que a esta barafunda se ponha termo.

Ninguém receie as complicações internacionais que possam surgir de uma acção decidida e forte! Isso é apenas um papão para iludir meninos, e que o é, bem o sabe o próprio presidente do Ministério.

Porque se espera? Porque se hesita?

A história nunca se fez sobre os actos dos fracos; a nossa é cheia de heroísmos e de feitos de bravura.

Salvemos a Pátria, que agoniza!

Dêmos-lhe o sossego e a tranquilidade de que precisa para viver.

Salvemo-la todos, unidos pelo desejo de a ver engrandecida e levantada do abatimento moral e económico em que oito longos anos de desvarios a prostaram.

Ergamo-la nos braços, dêmos-lhe alento e vida! É ela a nossa mãe comum! Somos todos irmãos, e portugueses. Temos a mesma linguagem e o mesmo temperamento. Aproveitemos as nossas riquezas e esta admirável posição geográfica, que é a maior de todas elas.

Salvemos Portugal, porque, ou o fazemos agora... ou nunca mais o poderemos conseguir!

*Pereira de Sousa*

**Doc. XXXIV — Restauração monárquica: «De baixo para cima» ou «de cima para baixo»?**

Um dos capítulos de acusação que mais se generalizaram foi o da *falta de oportunidade do movimento*. Havia quem andasse confiado numa manobra parlamentar, pela qual, com certas combinações políticas, se tornaria possível uma monarquia pacificamente proclamada em S. Bento. Talvez... Mas isso seria, segundo o prólogo popular, os «dois te darei». O «toma» oferecido, nesse momento, pela sorte nem sempre propícia, por essa fugidia ocasião, que se deve segurar com mão firme quando passa por nós — o «toma», neste caso, era a circunstância de poder realizar-se uma restauração, não por uma incerta tentativa revolucionária feita *de baixo para cima*, mas por um seguro pronunciamento feito, em plena força, *de cima para baixo*. Os monárquicos tinham em suas mãos — não porque eles as pedissem, mas porque lhas deram — tropas, Guardas, Polícia e, em muitos pontos, as autoridades civis. Que melhor jogo — com todos os trunfos? Que melhor oportunidade?

Isto para os efeitos da acção militar.

Politicamente, a oportunidade não podia ser melhor. Era dar o golpe mortal na demagogia que Sidónio Pais apenas a custo dominara — porque a demagogia era a República e Sidónio, republicano sincero, não queria atentar contra esse regime.

Nessa altura já a República havia dado todas as suas provas, para o que dispusera de longos 9 anos. Já um governo militar soçobrara numa sedição fácil: o 14 de Maio. Já a outro governo de força pusera termo a bala dum assassino. E iam começar as transigências, as acomodações, o regresso à normalidade... demagógica.

E viu-se, quando Monsanto e o Porto caíram. Foi — como já se disse — a desforra, a revindicta implacável. Foi o assalto desesperado, furioso, devastador, ao orçamento, à fruição dos dinheiros públicos. Então começou a galopada cega para o abismo, o desvairado rolar para a bancarrota e para a ruína, num tumultuar infrene de esbanjamentos criminosos, de rapacidade devorista. Em 1919 ainda era tempo de travar a roda, de evitar a catástrofe.

(Luís de Magalhães, *Perante...*, pp. 48-49)

**Doc. XXXV — Restauração monárquica: proclamação da Junta Governativa do Reino**

*Restauração da Monarquia* / Hoje, pela uma hora e meia da tarde, as forças da guarnição desta cidade, reunidas no Largo do Monte Pedral, aclamaram a restauração da Monarquia Portuguesa na pessoa do seu augusto representante, o Senhor D. Manuel II.

Pelas três horas da tarde foi a restauração aclamada entusiasticamente pelo povo em frente do Governo Civil, constituindo-se a Junta Governativa do Reino de Portugal, que prestou juramento e tomou posse, como consta das seguintes proclamações:

«Portugueses!

A luta das facções, movidas unicamente pela ambição do poder, vem de há muito empecendo a normalidade da vida social em todas as suas manifestações e promovendo a anarquia, que alastra e se arrega por uma forma tão grave que, se alguma força de dentro da Nação não consegue pôr um dique ao avanço de tantas dissoluções crescentes, o desfecho fatal — quem ousa hoje duvidá-lo? — só poderá ser uma liquidação vergonhosa sob a tutela de estrangeiros.

A temerosa crise nacional desenvolve-se cada vez mais, precisamente no momento em que as potências do Ocidente da Europa tratam de regularizar-se e de refazer-se e os seus governos, reunidos em assembleia internacional, lançam as bases da Sociedade das Nações e deliberam e decidem a respeito dos princípios fundamentais da constituição dos povos, suas linhas de fronteira e processos de economia. Damos, portanto, o espectáculo da máxima instabilidade política e da máxima incapacidade administrativa precisamente no momento em que mais indispensável nos seria merecer bom conceito perante os outros países do mundo e demonstrar, por manifestações claras e efectivas, a nossa idoneidade para colaborar-mos na obra comum da civilização e do progresso humano.

O vosso exército, com plena consciência de que as instituições militares se fizeram para a defesa da Pátria e das vidas e fazendas dos seus concidadãos, manifestou o nobre desejo de impedir a sua total ruína, sem imiscuir-se nas contendas da política, delegando nas suas Juntas Militares o encargo de conseguirem que, após o criminoso atentado que vitimou o ilustre português major Sidónio Pais, se constituísse, sem mudar a lei fundamental nem o regime, um governo forte, capaz de entrar a marcha para o abismo.

Mas esse desejo malogrou-se, graças às intrigas da política que o Exército pretendia combater. As Juntas Militares foram forçadas, no intuito de evitarem a guerra civil com que as ameaçava o próprio Governo, a transigir talvez demasiado, mas, apesar da sua abnegação e espírito de concórdia, o Governo em cuja organização consentiram resultou fraco e desamparado, pois que, como se viu no Parlamento, a maioria, que se mantivera unida em vida de Sidónio Pais, separou-se, caminhando uma grande parte na direcção dos radicais extremistas, cujas facções ficaram assim aumentadas em número e acrescidas em força. Dos representantes dos partidos conservadores não mereceu o Governo um apoio franco e incondicional que o compensasse desta perda. Por isso mesmo, e porque, em face das Juntas Militares, foi dúbia a política do Governo, tornou-se este tão fraco para impedir o avanço da anarquia demagógica que logo poucos dias depois ela explodiu violenta e ameaçadora em Lisboa, Santarém, Alcobaça e Covilhã, sem falarmos nos sucessos tristes de Vila Real, de que só a má política do Governo foi culpada.

O perigo nacional é, pois, evidente, e evidente é também a falência do regime republicano, a cuja sombra, durante uma vida de mais de oito anos, apenas a anarquia demagógica pôde viver e medrar.

Assim, no meio das justificadas apreensões que escurecem a consciência pública, é chegado o momento em que o Exército Português, sobranceiro a questões de partidos, mas inspirado pela necessidade urgente da salvação da Pátria, tem de reconhecer que o regresso ao regime anterior representa a única esperança capaz de alentar o espírito nacional e a aspiração da grande maioria dos Portugueses que desejam a paz e ordem para poderem viver e trabalhar

Tem de reconhecer também que a situação de el-rei D. Manuel junto à corte e chancelarias inglesas significa, a favor dos nossos interesses externos, uma garantia de alta importância de que o País muito carece nesta oportunidade, tanto mais que foi mesquinha, em proporção da nossa categoria de povo livre e do esforço com que na guerra contribuímos para a vitória dos aliados, a representação que o Governo republicano obteve para Portugal na Conferência da Paz.

Em vista de todas estas circunstâncias, o Exército e a Marinha — cônscios de que o País, no estado de confusão e divisão política a que infelizmente chegou, não dispõe de nenhuma outra força organizada para quem possa apelar — resolveram intervir a bem da salvação pública.

E, por isso, proclamam a restauração da Monarquia Portuguesa na pessoa de el-rei D. Manuel II.

Até ao momento da sua entrada no Reino, o poder público é entregue a uma Junta Governativa, que, assumindo a gerência de todos os negócios, deverá internamente tomar por objectivo especial as questões da ordem pública e do abastecimento da população e externamente manterá, sem alteração alguma, as relações solidárias e os compromissos tomados com as nações aliadas.

Viva a pátria portuguesa!

Viva a bandeira azul e branca!

Viva Sua Majestade El-Rei D. Manuel II!

Em nome do exército de terra e mar: aa) *Henrique de Paiva Couceiro*, coronel — *João de Almeida*, coronel — *Augusto de Madureira Beça*, coronel de infantaria — *Artur da Silva Ramos*, coronel — *Mário de Aragão*, tenente-coronel — *Jaime Carvalho de Castro Corte Real Machado*, tenente-coronel de artilharia — *Carlos Ribeiro Borges*, major — *António Solari Allegro*, capitão de cavalaria.»

«Soldados! / Tendes diante de vós a bandeira azul e branca!

Essas foram sempre cores de Portugal — desde Afonso Henriques, em Ourique, na defesa da nossa terra contra os Mouros, até D. Manuel II, mantendo contra rebeldes africanos os nossos domínios, em Magul, Coelesa, Cuamato e tantos outros combates que ilustraram as armas portuguesas.

Quando, em 1910, Portugal abandonou o azul e branco, Portugal abandonou a sua história!

E os povos que abandonam a sua história são povos que decaem e que morrem.

Soldados! O Exército é, acima de tudo, a mais alta expressão da Pátria e, por isso mesmo, tem de sustentá-la e tem de guardá-la nas circunstâncias mais difíceis, acudindo na hora própria contra todos os perigos, sejam eles externos ou internos, que lhe ameacem a existência.

E abandonar a sua história é um erro que mata!

Contra esse erro protesta, portanto, o Exército, hasteando novamente a sua antiga bandeira azul e branca.

Aponta-nos ela os caminhos do valor, da lealdade e da honra por onde os portugueses do passado conquistaram a grandeza e a nobre fama que ainda hoje dignifica o conceito de Portugal perante as mais nações do mundo.

Juremos segui-la, soldados!, e ampará-la com o nosso corpo, mesmo à custa do próprio sangue!

E, com a ajuda de Deus e com a força das nossas crenças tradicionais, que o azul e branco simbolizam, a nossa pátria salvaremos!

Viva a pátria portuguesa!

Viva o Exército!

Viva el-rei D. Manuel II!»

(*Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, Porto, 19 de Janeiro de 1919*)

### Doc. XXXVI — Política da Junta Governativa em matéria de subsistências e açambarcamento

(a)

*As subsistências* / O Sr. Visconde do Banho, ministro da Fazenda e das Subsistências, numa entrevista concedida à *Pátria*, disse a propósito dos abastecimentos: «Conto, em primeiro lugar, com a iniciativa dos *comerciantes*. Desde que a Junta Governativa libertou o comércio das peias e dos entraves que a República tinha posto à sua acção, abolidas as dificuldades de trânsito, abolido o sistema das tabelas obrigatórias, é de esperar que essa iniciativa se desenvolva e comece desde já a produzir os seus efeitos.

Os comerciantes têm tudo a lucrar em apressar os seus fornecimentos, visto que a diminuição dos direitos aduaneiros, que a Junta Governativa acaba de decretar, incita a aproveitar o momento para que o comércio procure fazer entrar no País, em larga escala, as mercadorias que assim foram beneficiadas. Supondo, por mera hipótese, que se voltava aqui ao regime anterior, os comerciantes que, à sombra do novo regime pautal, tivessem feito os seus fornecimentos ficariam imensamente favorecidos, pois que as importações, daí para diante, voltariam a ser sobrecarregadas com o imposto que agora deixaram de pagar.

Escuso dizer que tenho toda a segurança que é possível ter de que tudo isto é apenas uma hipótese abstracta, porque nada há que faça recear pela segurança das novas instituições aqui restauradas.

Conto com os abastecimentos municipais, que no Porto têm sido um dos meios poderosos para se atenuar a crise das subsistências; que tem armazenadas, ao que me informam, avultadas existências de géneros alimentícios e espera receber outros em virtude de contratos já firmados que orçam por 2200 contos de réis.

E, por último, segundo um decreto há dias publicado, a Junta Governativa suprirá as deficiências que, porventura, possa haver, adquirindo e vendendo por sua conta os géneros a cujo abastecimento não possam bastar estas entidades nem os recursos internos.

Quanto aos açambarcadores, a Junta elevou as penalidades insignificantes do Código Penal, definiu melhor os elementos constitutivos do crime do monopólio, entregando o julgamento aos tribunais militares, como é de razão que se faça em circunstâncias como as presentes.»

(Campos Lima, *O Reino...*, pp. 229-231)

(b)

O crime de monopólio, previsto no artigo 257.º do Código Penal, será punido:

1.º Se o delinquente for comerciante de grosso, com a pena de prisão correccional de dois a três anos e com a perda dos géneros que houver monopolizado.

2.º Se for comerciante de retalho, com a pena de prisão correccional de seis meses a um ano e com a perda dos géneros que houver monopolizado (artigo 1.º).

O comerciante que, por meio de ocultação ou açambarcamento, ou por qualquer outro meio, fraudulento ou não, conseguir alterar os preços que resultariam da natural e livre concorrência dos géneros necessários ao sustento diário será punido com as penas consignadas no artigo anterior e julgado inábil para comerciar (artigo 2.º).

(Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Decreto n.º 3, de 29 de Janeiro de 1919)

**Doc. XXXVII — Os trauliteiros e a repressão política durante a «Monarquia do Norte»**

(a)

*Os batalhões voluntários* / Logo de começo se organizaram os batalhões de civis armados. Iriamos assistir ao levantamento duma parte da população, disposta a arriscar a sua vida pela Monarquia? Seria como no tempo da Vendéia, na Revolução Francesa, em que uma parte da população da França se insurgiu contra a República? Têm esses homens aquela forte convicção monárquica dos monárquicos desses tempos e vão, como eles, ensanguentar o País numa luta civil? Voltaremos à repetição das lutas fratricidas da época dos miguelistas e dos liberais?

Não. Trata-se apenas de sicários e de poltrões. Passam diante de nós os primeiros, com uma braçadeira enigmática em que se lêem estas letras: S. P. S. P. Que quer isto dizer? Há quem nos informe que significa Salvação Pública e que aqueles homens vão fazer a policia da cidade. Mas porquê a repetição do S. P.? E explicam-nos: — Aquilo quer dizer «Salvem a Pátria — Sidónio Pais».

Parece ser isto. É a consagração da traição monárquica feita aos republicanos, coberta com a especulação de que tudo quanto estão fazendo não é mais do que a continuação da obra de Sidónio Pais. Ao expirar, diz-se que pronunciou aquelas palavras. Eles aí estão a salvar a Pátria, proclamando a Monarquia.

Eles, que, nesse momento em que a unidade nacional seria uma das razões para uma maior consideração da Conferência da Paz pelos nossos destinos, vieram separar o País em duas fracções, abrir uma fronteira entre o Norte e o Sul, consideram-se os salvadores. E, na sua inconsciência, nem vêem sequer o ridículo de que se cobrem.

São eles os defensores do Éden Teatro, onde maiores barbaridades se cometeram contra os presos políticos. São eles que cobrem os *trauliteiros*, que os apoiam nas suas façanhas inglórias contra criaturas indefesas. Estranha, singular maneira de salvarem a Pátria.

Outros batalhões se organizam: o batalhão académico do Porto, com estudantes das escolas; o batalhão realista do Porto, com gente do povo; o batalhão dos voluntários da rainha, com a *élite* da sociedade monárquica; o batalhão dos voluntários da Galiza, com antigos conspiradores; e até o grupo de voluntários de Santo Tirso, com caceteiros da província [...].

(Campos Lima, *O Reino...*, pp. 53-57)

(b)

*«Trauliteiros» e «somatenes»* / Segundo os dados fornecidos pelo próprio libelo, tratava-se simplesmente de um batalhão de voluntários e, ao mesmo tempo, um corpo auxiliar de policia que até usava, em serviço, braçais com as iniciais S. P. (Segurança Pública) e era comandado por oficiais do Exército — um corpo auxiliar como são os *policemen* voluntários ingleses, que se mobilizam quando as circunstâncias o exigem, e os *somatenes* da Catalunha, que, segundo os jornais espanhóis, receberão brevemente uma bandeira oferecida pelo próprio soberano.

Querer-se-á dizer que tal corporação não pode ter o carácter que lhe queremos dar pelo facto de ser constituída por um governo revolucionário, um governo ilegítimo?

Mas, se tal se admite, se a pecha da ilegitimidade do Governo é que lhe imprime a feição que o libelo erradamente lhe atribui, então temos de concluir que toda a força armada, militar ou civil, que serviu sob as ordens da Junta perdeu por isso o seu carácter de força pública e transformou-se *ipso facto* em associação de malfeteiros.

Por esta redução ao absurdo se mostra, com irrecusável evidência, quanto é imprópria, inexacta, errônea e até pérfida (e logo direi porquê) a classificação que

se quis dar a isso que, como fica demonstrado, não foi mais do que um corpo auxiliar de segurança pública, idêntico a outros existentes no estrangeiro.

Quanto ao Éden, é ele um teatro que foi mobilizado expressamente pela Junta para quartel desse corpo e onde estiveram detidos alguns presos políticos, para averiguações policiais, a essa corporação confiadas, sobre depósitos clandestinos de armas e bombas, tramas revolucionárias, etc.

Ora o ódio dos *bas-fonds* demagógicos do Porto, dos bandos desordeiros que, sob nomes vários, se proclamam defensores do regime, provém justamente de ter a S. P. dado com certos esconderijos onde se acumulava a metralha da artilharia civil, de haver descoberto o fio condutor de certas intencões e de as fazer abortar pela sua vigilância.

Derrubada a Monarquia em 13 de Fevereiro, esse ódio explodiu e todos os suspeitos de pertencerem ao Éden foram perseguidos, presos, espancados, empilhados no *in-pace* do segredo do Aljube ou metidos na roleta, isto é, na famosa enxovia 2, onde aos gatunos era dado aviso para os roubarem e agredirem por todas as formas — até à facada! Sem falar dos assassinatos, como o do pobre Rufino, segundo-sargento reformado da Guarda, fuzilado à porta do Aljube, quando era conduzido sob prisão, e o de um empregado comercial da Rua do Loureiro, morto a tiro quando do assalto à casa em que servia.

Para justificar estas violências, para manter estas prisões, para aniquilar esses adversários temidos, era preciso criar-se ao Éden uma lenda de terrorismo sangrento. Disseram-se, escreveram-se deles coisas téticas. Houvera assassinatos; e algumas vítimas, os algozes torcionários arrancavam as unhas; tinham aparecido poças de sangue, e até caveiras e ossadas, nos subterrâneos sinistros dessa Bastilha! Ossos esbrugados e uma caveira branca como a da morte, em menos de um mês de inumação!

(Luís Magalhães, *Perante...*, pp. 68-69)

### XXXVIII — Protestos contra a repressão

(a)

Sacudido pelo clamor de supliciados e aderentes, o *Triângulo Vermelho Português*, com os cônsules acreditados na urbe, à frente dos quais se salientam o do Brasil e o da França, concerta representação ao chefe do Governo, instando pela suspensão das torturas infligidas aos presos. Por sua vez, a Guarda Real, adiantando o passo, procura Paiva Couceiro, lamenta as violências perpetradas e entrega-lhe um *ultimatum*.

(Santos Costa, *Páginas de Sangue, Buiças, Costas & C.ª*, 5.ª edição, Guimarães, p. 204)

(b)

*O 31 de Janeiro de 1919 na cidade do Porto* | O capitão João Sarmiento Pimentel, o ardente republicano de 5 de Outubro e o heróico iniciador do 13 de Fevereiro, não podendo deixar de fazer assinalar a data gloriosa do 31 de Janeiro pela horda de aventureiros que nesse dia sagrado para todos os portuenses poluíam e vexavam esta nobre e invicta cidade do Porto, apresentou na reunião dos seus camaradas da Guarda-Republicana este *ultimatum*, que, assinado por todos os oficiais, foi levado à Junta Governativa:

1.º Demissão do comissário-geral da Polícia do Porto, José Baldaque Guimarães, no prazo de 6 horas, a contar das 9 horas da tarde do dia 31 de Janeiro de 1919.

2.º Saída do Aljube de todos os oficiais do Exército para qualquer edifício onde eles tenham aposentos compatíveis com os seus galões.

Esta medida deve cumprir-se no prazo de 48 horas, a contar das 9 horas da tarde do dia 31 de Janeiro.

3.º Que cessem imediatamente os castigos corporais a todos os presos políticos, quer sejam militares, quer civis.

4.º Inquérito no prazo de 96 horas, a contar de hoje, dos castigos e ferimentos aos presos políticos, apurando-se nesse inquérito:

a) Quem ordenou ou autorizou esses castigos corporais; b) Quem assistiu às barbaridades do Éden e Aljube; c) Quem as praticou e como; d) Se há oficiais implicados nesses factos que se passaram no Aljube e Éden e dizer os seus nomes.

5.º Prisão imediata e sem fiança de todos os implicados nas alíneas a), b), c), d) do n.º 4.º e seu julgamento pelos tribunais competentes e julgamento sumário pelas leis da guerra de crimes idênticos que venham a praticar-se.

6.º Que se dê uma nota à imprensa da demissão do commissário-geral da Polícia do Porto, José Baldaque Guimarães, e que essa nota seja publicada nos jornais diários do Porto no dia 1 de Fevereiro de 1919.

7.º Que se publiquem, no prazo de 4 dias, nos jornais do Porto os nomes das autoridades que foram presas por castigarem ou consentirem os castigos corporais dos presos políticos.

(A *Voz Pública* de 17 de Fevereiro de 1919)

**Doc. XXXIX — Receitas e despesas da Junta Governativa do Reino**

(a)

Os sócios da Empresa das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova, L.<sup>da</sup>, protestam contra o seguinte extracto d'*A Capital*:

«Logo que a *couceirada boche* seja varrida do Norte do País, vão ser tomadas algumas medidas enérgicas sobre as empresas do Porto, que se puseram de alma e coração ao lado dos trauliteiros. Os jazigos de carvão de S. Pedro da Cova, propriedade de monárquicos que tomaram parte activa na intentona, serão confiscados e sujeitos à exploração do Estado, para este se indemnizar dos prejuízos causados à Nação pelo crime monárquico. Outras empresas do Norte do País serão submetidas ao mesmo regime.»

Invocando o artigo 6.º do Decreto de 11 de Setembro de 1918 como justificativo de um plano de nacionalização que vinha sendo executado há meses, a empresa, que se afirma constituída por «homens de *todas* as politicas», não nega, contudo, o fornecimento de dinamite à Junta Governativa Monárquica, empregue na destruição de algumas pontes.

(A *Voz Pública* de 26 de Fevereiro de 1919)

(b)

*Quanto gastaram os realistas* / A famosa Junta Governativa do Reino requisitou fundos na importância total de 1 922 250\$97 no prazo decorrido entre 24 de Janeiro e 12 de Fevereiro último.

Dessa importância cabem aos diversos ministérios as seguintes verbas: Guerra, 1 216 034\$41; Finanças, 379 421\$62; Estrangeiros, 4000\$00; Interior, 148 661\$36; Obras Públicas, 101 264\$05; Marinha, 5220\$08; Justiça, 16 206\$53; Agricultura, 3300\$01; Trabalho, 3401\$09; Instrução, 43 438\$03; Comércio, 1306\$50.

(A *Voz Pública* de 7 de Março de 1919)

**Doc. XL — «A Traulitânia», revista a propósito em 1 acto e 4 quadros**

A TRAUTITÂNIA

Revista a propósito em 1 acto e 4 quadros,  
de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos;  
música do maestro Filipe Duarte

N.º 1	D. TRAUTITO
<i>REI TRAUTITO E CORO</i>	Sou D. Traulito primeiro, Monarca restaurador.
CORO	CORO
Real! Real! Por Sua Majestade D. Traulito, O rei mais esquisito E mais original,	Monarca restaurador.
Real! Real! Por Sua Majestade momentânea Da invicta Traulitânia, Monarca e guerreiro, Viva el-rei D. Traulito primeiro.	D. TRAUTITO
	'Stou de novo no poleiro Graças a Nosso Senhor.
	CORO
	Graças a Nosso Senhor.

D. TRAU LITO

Sou Traulito.

CORO

É traulito.

D. TRAU LITO

Sou traulito, o rei pimpão  
Da tapon e cachação,  
Sou traulito.

CORO

É traulito.

D. TRAU LITO

É meu hino o pirolito  
Sou traulito... e tenho dito!  
Meu avô foi o cipó,  
Sou da raça da pancada.

CORO

É da raça da pancada.

D. TRAU LITO

A tapon é minha avô,  
Minha mãe a traulitana.

CORO

Sua mãe a traulitana.

D. TRAU LITO

Sou traulito, etc.

N.º 2

OS TRAU LITEIROS

TRAU LITEIROS

Mata, mata o jacobino  
A paulada e à galheta,  
Mata, mata e toca o hino,  
Que vai tudo prò maneta!

1.º TRAU LITEIRO

Onde chega o trauliteiro  
É medonho o reboção,  
Rapa logo do fangueiro  
E atira para o toitço.  
Cai à traulitada,  
Truz, truz,  
Catrapuz.  
Coa tola rachada.

CORO

Cai à traulitada,  
Etc.

2.º TRAU LITEIRO

Quem passar na via pública  
É corrido à cacetada;  
Reduzimos a República  
A pó, terra, cinza e nada.  
Se ele se abespinha,  
Zás, traz,  
Catrapaz,  
Atira-lhe à pinha,  
Nem olhes pra traz!

CORO

Se ele se abespinha,  
Etc.

CORO GERAL

Mata, mata o jacobino.

N.º 3

O PAGODE REAL

PAGODE REAL

A assentar arraiais volto agora,  
Neste reino patusco, ideal,  
Onde tudo reclama e adora  
O Pagode Real.

CORO

O Pagode Real.

PAGODE REAL

Desde a jovem que à noite derraça  
Té ao padre que prega moral,  
Todos pedem, ardendo em cobiça,  
O Pagode Real

CORO

O Pagode Real.

PAGODE REAL

Viva o pagode!  
Manda quem pode,  
Haja vivório  
E foguetório!  
Viva o pagode,  
Que o povo é bode (bis)  
Expiatório!

CORO

Viva o pagode!  
Manda quem pode,  
Etc.

PAGODE REAL

Nas despesas do novo orçamento,  
Nas finanças do cofre geral,  
Vai reinar, com luzidio espavento,  
O Pagode Real!

D. TRaulito

Se eu deitasse o gatázió — oh!  
Quem dera!  
Aos dinheiros em nota ou metal,  
Isso então, meus amigos, é que era  
Um Pagode Real.

PAGODE REAL

Viva o Pagode!  
Manda quem pode,  
Etc.

CORO

Viva o Pagode,  
Etc.

N.º 4

CONCERTANTE

CORO DE EMBAIXADORES

Xó com a ajuda de Deus y da grey  
Xete galegos fixeram um rei...  
Os galegos lá da bomba,  
Numa aderência espuntanea,  
Ban hoxe labar a tromba  
En honra da Traulitânia.

1.º MOÇO DE FRETES

O munarca agora bae  
Xer lebedo em padiola!...

TRaulito I

Mas cuidado, que x'êl' cai,  
Ei de bez y parte a to-o-o-la.

TRauliteiros

Mata, mata o jacobino,  
Mata que é republicano,  
Mata, mata e toca o hino,  
Que vai tudo prò guano.

TRaulito

Na presença do povo ilustrado  
Vai el-rei presidir ao sarau,  
Cusgam todos nas mãos e cuidado!  
Não se raspe o chinguiço do pau.

TODOS

Do pau, do pau chinguiço,  
Chinguiço do pau, do pau!

N.º 5

OS TRÊS SANTOS

OS TRÊS

Os três santos populares  
Do antigo calendário

Voltam hoje aos seus lugares  
Após um triste fadário.  
Levâmos na Monarquia  
Santa vida regalada;  
Mas veio a democracia  
E acabou-se a marmelada!  
Toca o sino,  
Dlim! Dlim!  
Grosso e fino,  
Dlão! Dlão!  
Santo Hino da Restauração.  
E o povinho,  
Dlim! Dlim!  
Dlão! Dlão!  
Vai d'anjinho nesta procissão.  
Dlim! Dlão!

SANTO ANTÓNIO

Mais milagrento pra o povo  
Não houve no calendário;  
Mas se lá volto de novo,  
Vou fazer tudo ao contrário.

S. JOÃO

Arramaram-me do nicho  
Quando foi da revol'ção  
É a troco dum «cochicho»  
Fui vendido num leilão.

S. PEDRO

Os ateus, pra dar alarme  
Na crença religiosa,  
Quiseram mobilizar-me  
Na artilharia manhosa.

OS TRÊS

Toca o sino  
Dlim! Dlim!  
Etc.

N.º 6

REAL MANCIPAL E SOPEIRA REAL

I

MANCIPAL

Ai Jaquina, que ventura!  
Em breve vais ver de novo  
Eu mala cavalgadura  
A dar lambada no povo.

JAQUINA

És manjor, ó Graviel  
Considra no teu lugar,  
Por qu'agora o teu papel  
Não é dar, é mandar dar.

OS DOIS

Ora toma, toma, toma,  
Ora toma, toma lá,

Que o serviço é dar pra baixo,  
Se eu em cabo dava cabo  
E os mandava prò Diabo,  
Que fará tendo penacho!

II

JAQUINA

Quem te fez, ó Graviel,  
Um manjor tão inzemplar,  
Faça o cavalo cor'nel  
Que só lhe falta falar.

MANCIPAL

'Stou a ver-me 'scarranchado  
Em cima do meu cavalo,  
O regimento formado  
E tu em riba a mandá-lo.

OS DOIS

Ora toma, toma, toma,  
Etc.

N.º 7

CANÇONETA DA GABY

GABY

Eu sei amarr com o frisson,  
Com todo o arrdor duma francesa,  
Más sempre tive um corraçon  
Todo inclinado à realeza.  
A un duque, un príncipe ou un rei,  
Ou outra assim real pessoa,  
Nunca o amorr recusarei  
Se me acenarr com uma c'rroa.  
Gaby Deslys,  
Quando sorri,  
A grraça tem dum colibri,  
Gaby Deslys  
Tem sobre si  
Fazerr-se amarr com frrenesi.

TRAULITO

Gaby Deslys,  
Chega-te a mi,  
Que a minha c'rroa é para ti.  
Vou-te fazerr  
Mi-mi mi-mi...  
Minha mulher,  
Gaby Delys.  
Várrios prroblemas da naçon  
Resolverremos, lado a lado,  
Entre lagosta e camaron,  
Em gabinete reservado.  
Rompe o champanhe e à gargalhada,  
Tu, nobre rei, que és rei de Entrudo,  
Vais governar cuma tachada,  
Tachada real, com c'rroa e tudo.

N.º 8

A TRAULITEGA

I

CORO DAS MENINAS

Chegou, enfim, o grande dia,  
Dó, ré, fá,  
Da implantação da Monarquia,  
Si, sol, dó,  
De norte a sul,  
No céu azul,  
Cantam as aves de alegria,  
Ripi-pi dó, sol, mi,  
Dó, ré, mi, fá, sol, lá, si.

REGENTE

Levantai-vos, ó filhos da cama,  
Envergai as fatiotas depressa!  
Soa ao longe a trombeta da fama,  
Nova data de glória começa,  
Com tesura e nobreza marchai!

CORO

Dó, ré, fá, lá,  
Caminhar com firmeza e avante!

CORO

Si, lá, mi, sol,  
Que o mande o pai  
Marchar avante,  
O pai paivante,  
O pai,  
O pai paivante!

TRAULITO

E nas alturas d'Espinho  
Pra trás é que é o caminho!

CORO DE MENINAS

Marchar,  
Marchar,  
Nobreza, avante,  
Que o manda o pai,  
O pai,  
O pai paivante!

II

REGENTE

Ajustar armaduras e cotas,  
Lança em riste e o elmo a luzir,  
De caminho dar sebo nas botas,  
Não vá ser necessário fugir.  
E então meia volta rodai,  
Caminhai olho atraz, olho adiante,  
Que o manda o pai,  
O pai paivante,  
O pai,  
O pai paivante!

TRAILITO

Obrigado, agora mando  
Que vão cantando e andando.

CORO

Marchai!  
Marchai!  
Etc.

N.º 9

FADO TRAILITEIRO

I

Trailiteira que se preza  
Não despreza  
Seus instintos assassinos;  
De noite pega na moca,  
Toca, toca,  
Põe-se à coca.  
Pra dar caça aos jacobinos.

REFRÃO

Trailitina,  
Trailitana,  
A moca bem apontada,  
Trailitina,  
Trailitana,  
À cabeça bem puxada ai...,  
Trailitina,  
Trailitana,  
Devagar, não digas nada,  
Trailitina,

Trailitana,  
Já lá canta a trailitada!

II

Dizem que isto que faz mal,  
Não faz tal,  
Plo contrário, até faz bem.  
Pois ao som do pianinho  
De mansinho,  
No povinho,  
São como beijos de mãe.  
Trailitina,  
Trailitana,  
Etc.  
Todo o que for trailitado  
É tratado  
Com fartura e higiene,  
E à tarde a rapaziada  
Tem chazada  
com torradas  
E trailitos de *la reine*.  
Trailitina,  
Trailitana,  
Etc.

III

Desse sistema só grama  
Quem não ama  
A el-rei nosso senhor,  
Mas convencidos com calma  
Dão a palma,  
Dão a alma,  
Dão a alma ao criador.  
Trailitina,  
Trailitana,  
Etc.

5 — DERROTA DOS MONÁRQUICOS E MOVIMENTO DE UNIDADE REPUBLICANA

Doc. XLI — Manifestações antimonárquicas após o golpe de Paiva Couceiro (noticiário de vários jornais)

*As manifestações de 20 de Janeiro* | Vários grupos que no Rossio comentavam os acontecimentos foram reunindo em sua volta muitas pessoas. Os manifestantes dirigiram-se às redacções dos jornais: *A Capital*, *A Luta*, *A Situação*, *O Século*, *Diário de Notícias* e *A Manhã*. Hastearam bandeiras nacionais nos estabelecimentos públicos, no meio de vivas à Pátria e à República. Depois dirigiram-se para a Rua do Grémio Lusitano, onde a policia de guarda à sede da Maçonaria tentou inutilmente embargar-lhes o passo, sendo disso dissuadidos por alguns marinheiros e sendo levantados entusiásticos vivas defronte do edifício. Na União Operária Nacional, alguns operários [...] afirmaram que o operariado, apesar de perseguido por todos os governos, se encontrava ao lado de todos os que lutavam contra a reacção monárquica.

(*Diário de Notícias* de 21 de Janeiro de 1919)

*Guarda, 20* — Libertos os presos de 11 de Janeiro. O governador civil declarou-se ao lado de todos os republicanos.

(*Diário de Notícias* de 22 de Janeiro de 1919)

*Santarém, 20* — Numerosas pessoas esperavam na proximidade do presídio a libertação dos presos políticos. Na cidade foi afixada uma proclamação dos soldados.

(*Diário de Notícias* de 22 de Janeiro de 1919)

*Coimbra, 20* — Realizou-se uma reunião de todos os republicanos, tendo falado [...] alguns estudantes e operários.

(*Diário de Notícias* de 22 de Janeiro de 1919)

*Beja, 21* — [...] Organizou-se um imponente cortejo que percorreu várias ruas da cidade, tendo-se incorporado nele [...] funcionários civis, comerciantes, industriais e académicos.

(*Diário de Notícias* de 22 de Janeiro de 1919)

*Faro, 21* — Libertados os presos políticos. Do Governo Civil saíram «centenas de pessoas com uma banda de música tocando a Portuguesa [...] e soltando entusiásticas vivas à República».

(*Diário de Notícias* de 22 de Janeiro de 1919)

São 6000 republicanos inscritos. E isto continua, e logo haverá decerto mais do dobro e nunca mais acaba [...] São de todas as camadas sociais, irmanando-se na fileira os humildes operários, os empregados de comércio, os burocratas, a blusa de ganga e o chapéu de coco, o fato de passeio e o fato de trabalho.

(*A Capital* de 22 de Janeiro de 1919)

*Batalhões de voluntários* — Milhares de cidadãos republicanos compareceram a fim de se inscreverem para a organização de batalhões de voluntários para sufocar a insurreição monárquica do Norte [...]. Como a inscrição se estava fazendo lentamente, houve protestos por parte dos populares, que pedem que se coloquem mais mesas no recinto do Campo Pequeno — o que foi conseguido [...] À medida que a inscrição se vai fazendo com vivas à República, vão-se formando companhias que começam a receber a instrução de «marcar passo» [...]. Os alistados pertencem a todas as classes populares, predominando os operários, principalmente de construção civil, e empregados de comércio. Estão também inscritos funcionários públicos, escritores, artistas, empregados dos Correios e Telégrafos e da Carris de Ferro e alistados das sociedades de instrução militar e preparatória.

(*Diário de Notícias* de 23 de Janeiro de 1919)

*Batalhão Negro* — Por iniciativa do Centro 27 de Abril, está em organização, sob a chefia de Machado Santos, o Batalhão Negro, que ajudará as tropas da República a derrotar os revoltosos do Norte.

(*O Tempo* de 26 de Janeiro de 1919)

*Batalhão Negro* — Batalhão de civis, sob o comando de Machado Santos, para seguir para o Porto.

(*Diário de Notícias* de 26 de Janeiro de 1919)

Reuniram-se, nesta madrugada, no Rossio mais cerca de 400 civis que tinham sido armados em Engenharia e no Arsenal.

(*Diário de Notícias* de 24 de Janeiro de 1919)

*V. Real de Santo António, 21* — O povo e elementos militares, após calorosa manifestação iniciada nos Paços do Concelho, percorre as ruas, aclamando com vibrante entusiasmo a Pátria e a República.

(*Diário de Notícias* de 24 de Janeiro de 1919)

*Faro, 21* — Em Portimão foi destituído o administrador do concelho.

(*Diário de Notícias* de 24 de Janeiro de 1919)

Lagos, 21 — Nomeada comissão de civis para se entender com a comissão militar para a defesa da República.

(Diário de Notícias de 24 de Janeiro de 1919)

Torres Vedras, 22 — Centenas de pessoas reclamaram a libertação dos presos políticos. Depois de libertos dirigiram-se em manifestação para o Castelo, onde foi içada a bandeira nacional.

(Diário de Notícias de 24 de Janeiro de 1919)

#### Doc. XLII — Proclamação governamental

Portugueses! — Os monárquicos, que, graças à nobre tolerância de Sidónio Pais, puderam colaborar na administração pública e alcançaram uma situação que [na] República nunca haviam desfrutado, traíndo os seus compromissos e até em desacordo com a parte mais sã do seu partido, lançam-se na aventura do Porto [...]. Fazei mais uma vez a demonstração de quanto pode a vossa esforçada vontade e aniquilai inexoravelmente quem põe as suas ambições e os seus partidarismos acima da causa sacrossanta da Pátria! [...]

(Diário de Notícias de 21 de Janeiro de 1919)

#### Doc. XLIII — Posição dos partidos e outras organizações republicanas

(a)

##### *Partido Republicano Português* [Últimas resoluções do Directório]

[...]

3.º Saudar comovidamente o heróico e magnânimo povo de Lisboa, que [...] mais uma vez demonstrou a sua inquebrantável fé nos destinos gloriosos da República, salva pela sua maravilhosa intuição política e pelo heroísmo da traição que ameaçava subvertê-la.

4.º Saudar calorosamente a mocidade republicana das escolas, as forças do Exército, de terra e mar, da Guarda-Republicana e da Guarda-Fiscal [...]

(O Mundo de 7 de Fevereiro de 1919)

(b)

##### *União Republicana*

Distribuída proclamação com o título *Portugueses*, em que se diz que, perante o dilema República ou Monarquia, considera o Directório da U. R. que todos os republicanos devem estar prontos para a defesa da República.

(Diário de Notícias de 25 de Janeiro de 1919)

(c)

##### *Liga de Vigilância Social*

Consagra voto de louvor a todos os sócios que heroicamente fizeram parte das colunas atacantes à serra de Monsanto.

(Diário de Notícias de 26 de Janeiro de 1919)

#### Doc. XLIV — Posição do Partido Socialista Português

(a)

*Declaração do P. S. Português* / Interpretando o sentido das bases exaradas no programa mínimo já aprovadas para serem presentes numa grande sessão pública, os corpos directivos do P. S. P., em presença do facto repugnante da proclamação da Monarquia no Norte de Portugal, declaram:

1.º Que o P. S. P., para todos os efeitos, é partidário acérrimo e defensor incondicional da República e tem por principal objectivo o aperfeiçoamento ilimitado da mesma, não admitindo em circunstância alguma o regresso às formas reaccionárias já depostas e condenadas.

2.º Que, neste programa, todos os liberais portugueses, sem distinção de cores nem de partidos, incluindo o proletariado das cidades e dos campos, o devem acompanhar e seguir intemeratos até onde for necessário para a defesa e salvação de Portugal, que os reaccionários se propõem perder para sempre.

3.º Que para a obra do Governo poder ser incondicionalmente apoiada e facilitada por todas as forças, tanto militares como civis, é indispensável que sofra as remodelações necessárias para torná-lo retintamente republicano e representativo de todas as opiniões liberais.

4.º Que, em vista do perigo nacional, convirá que todos os implicados na revolução republicana de Santarém recebam imediatamente indulto, devendo os militares, como bons patriotas, de que deram provas, ser reintegrados nos seus postos para defesa da Pátria e os civis restituídos à liberdade, para colaborarem na obra do saneamento político nacional.

5.º Que os revolucionários civis liberais devem também, sem delongas, assentar no que convém fazer e organizar os trabalhos preliminares para a defesa da República.

6.º Que aos monárquicos convém respeitar as vidas, limitando-se a acção revolucionária a cercar-lhes todos os meios de acção e de traição, a fim de a República nunca poder vir a ser acusada de violências inúteis e desnecessárias.

(*O Combate* de Janeiro de 1919)

(b)

A República Portuguesa está em perigo! A reacção monárquico-clerical acaba de se levantar em revolução contra o regime republicano, pretendendo assim esmagar as pequenas liberdades que o povo português conquistou [...] Nós, os socialistas, como verdadeiros republicanos, vamos também tomar as armas em defesa da República.

(*Diário de Notícias* de 26 de Janeiro de 1919)

(c)

Socialistas! Às armas pela República! Que nem um só fique em casa nesta hora suprema em que os apóstolos das trevas e da reacção pretendem restabelecer o kaiserismo [...] Guerra aos monárquicos! [...] Abaixo a reacção monárquica e clerical [...]

(*A Capital* de 24 de Janeiro de 1919)

#### **Doc. XLV — Posição de organizações operárias**

(a)

Em face da actual tentativa monárquica, entende a U. O. N. que lhe compete definir neste instante a sua atitude, para que a ninguém seja lícito alimentar ilusões quanto à conduta da classe operária, na certeza de que, ao fazê-lo, interpreta o sentir de todos os trabalhadores conscientes. A U. O. N., que, através da sua existência, tem pugnado esforçadamente por um regime de liberdades amplas e insofismáveis, não seria consequente se de qualquer modo favorecesse ou auxiliasse o actual movimento monárquico, dirigido e impulsionado pelas castas militares e reaccionárias, essencialmente opostas a todas as manifestações progressivas do espírito humano. Está, portanto, em aberta opposição com a tentativa de restauração monárquica desenhada no Norte. E, a despeito de ter sido sistematicamente perseguida por quase todos os governos republicanos, a organização operária, que é por princípio contra todas as tiranias, coloca-se neste instante ao lado dos homens que estejam na disposição de preservar a República da investida monárquica, encontrando-se consequentemente, agora como sempre, animada do propósito de defender as poucas liberdades conquistadas, cónscia de que, se for necessário, os trabalhadores não porão dúvida em pegar em armas para tornar essa defesa mais eficaz.

(*O Combate* de Janeiro de 1919)

(b)

A U. O. N., regozijando-se com o triunfo da República sobre a tentativa de restauração monárquica, com tanto heroísmo sufocada pelos operários, soldados e marinheiros [...], aconselha a classe trabalhadora a unir-se para tornar a República, com a sua força consciente e organizada, cada vez mais progressiva, mais humana e mais igualitária.

(*Diário de Notícias* de 25 de Janeiro de 1919)

(c)

*Ferroviários*

Extremaram-se os campos. A sedição iniciada pela Juntas Militares do Norte contra a República desmascarou-se e produziu a revolução para a implantação da Monarquia. Cumpre aos ferroviários tomar partido ao lado da democracia contra o movimento restauracionista [...].

(Diário de Notícias de 21 de Janeiro de 1919)

(d)

*Federação dos Transportes Marítimos*

[...] foi resolvido, em face da actual situação, em que as correntes conservadoras tentam esmagar as pequenas liberdades no actual regime [...] estar prontos para qualquer eventualidade que se possa dar [...]

(e)

*Manifesto dirigido aos condutores de carroças e assinado pelo membro da classe Maximiano Marques* / [...] Foi dentro do regime republicano que esta mísera classe alcançou melhoria de situação [...] Não devemos esquecer as locais infamantes do jornal *O Dia*, quando do primeiro concurso de gado, na Alameda do Campo Grande.

Camaradas! Nunca mais a Monarquia, e que todos quantos possam e saibam pegar em armas se congreguem em volta do Sr. Presidente para defender a República, que, se ainda não é tudo quanto o operariado almeja, é, no entanto, o início da Grande República Social [...]

(A Capital de 25 de Janeiro de 1919)

(f)

*Grupo Espartacus*

*Manifesto* / Não somos republicanos e não o somos porque a República não satisfaz as aspirações de liberdade moral e económica que são hoje apanágio de todo o operariado consciente.

Entretanto, batemo-nos em 4 e 5 de Outubro na Rotunda, batemo-nos em 23 e 24 de Janeiro em Monsanto e bater-nos-emos amanhã, sempre aqui ou além, contra os que pretenderem restaurar a fórmula monárquica do Governo.

Veze sem conta, nós, os sindicalistas, temos declarado ser indiferentes pelas formas políticas de governo. E assim seria se a Monarquia não sintetizasse entre nós os processos inadequados de governo, o sufocamento das liberdades individuais, domínio da reacção clerical e militar. Para nós, os sindicalistas, não se trata de uma luta entre republicanos e monárquicos, mas sim entre o espírito liberal e o reaccionário. Hoje, amanhã, sempre, esquecendo agravos sangrentos, seremos pelo primeiro contra o segundo, arriscando a vida na barricada como humildes obreiros do progresso moral.

(O Mundo de 6 de Janeiro de 1919)

(g)

*Viva a República!* / Também eu que, consolidada a República, só posso e devo gritar *Viva a república social!*, sinto neste momento o desejo irreprimível de gritar *Viva a República!* É que a República, não sendo a felicidade do povo, é qualquer coisa acima do passado, qualquer coisa que a reacção odeia, que o despotismo clerical tenta esmagar!

Sou, é certo que sou e que hei-de continuar a ser, adepto da revolução económica; mas, porque a Monarquia procuraria esmagar e ensanguentar o espírito liberal português, porque a Monarquia é uma fórmula antiquada e menos racional do que a fórmula republicana, eu não me envergonho, e antes me orgulho, de, neste momento, em que uma minoria egoísta e vaidosa pretende restaurar fórmulas reaccionárias, gritar a plenos pulmões, entusiasticamente: *Viva a República!*

Para o povo, vítima da tirania económica, a República não traz vantagens materiais; mas traz uma enorme vantagem moral, e esta não é para desprezar. Momento solene o que passa! Como consola ver que, nesta hora de perigo, todos, anarquistas puritanos e intervencionistas, socialistas de todas as escolas e republicanos de todas as cores, querem defender a República!

Mantenho íntegras, sólidas, as minhas ideias libertárias. Mas sinto que, neste momento de perigo para o regime, dos lábios me salta, estrepitoso, comovido e ardente, este grito de alerta: *Viva a República!*

*Cadeia do Limeiro — Grupo D. 24-1-919.*

*Gonçalves Correia*

(*O Rebelde*, Beja, 15 de Fevereiro de 1919)

## Doc. XLVI — Monsanto

(a)

*Pela República e pela Pátria* / Alguns elementos militares, acompanhados por poucos civis, concentraram-se na serra de Monsanto em atitude hostil contra o Governo da República. A artilharia fiel rompeu contra os revoltosos, cuja audácia está sendo dominada a tiros de canhão. / Em toda a cidade, a população, vitoriando a República, saúda os inúmeros pelotões de voluntários que vão armar-se para a defender. / Já não há partidos dentro do regime. Só há republicanos, que a todo o custo hão-de reprimir severamente a audácia dos que traíram a sua palavra e os altos interesses do País. / O cruzador *Vasco da Gama*, que, por ordem do Governo, acaba de regressar à metrópole, toma parte no bombardeamento dos aventureiros. / Contra Monsanto vai trezejar a mais potente artilharia da armada republicana. / Do Forte da Ameixoeira e do Forte de Caxias tem caído sobre os revoltosos da serra de Monsanto uma chuva formidável de ferro e fogo. / A grande maioria da guarnição de Lisboa pronunciou-se a favor da República contra os revoltosos e parte dela está já colaborando no cerco à serra de Monsanto, de onde a cada instante debandam, completamente desmoralizados, elementos que inicialmente tinham acompanhado o movimento monárquico. / Viva o povo republicano de Lisboa! / Viva a Marinha portuguesa! / Viva o Exército republicano!

(*A Capital* de 23 de Janeiro de 1919)

(b)

A vitória é certa! / Uma parte das forças revoltadas abandona o núcleo de traidores, que desde madrugada está sendo formidavelmente batido pela artilharia republicana. / As forças rebeldes, cada vez mais reduzidas, bombardearam alucinantemente alguns pontos da cidade e tentam proteger uma retirada que dentro em breve se vai transformar em desordenada fuga. / Como autênticos boches, um grupo de revoltosos fingiu entregar-se, erguendo as mãos, para, à queima-roupa, fuzilar alguns voluntários da República, que severamente castigaram a vilíssima traição. / Aos rebeldes escasseiam as munições de boca e de guerra. As suas baixas em deserções, mortos e feridos aumentam de instante para instante. / O triunfo avizinha-se! / A República vai surgir mais radiosa e mais bela da terrível provação desta hora em que um bando de aventureiros pretendeu apunhalá-la pelas costas! / À uma hora da tarde chega-nos a notícia de que uma bateria revoltosa seguia em completa debandada pelo sítio da Pontinha, onde foi aprisionada pelas forças republicanas, que imediatamente se utilizaram dela no bombardeamento dos rebeldes. / Por uma comunicação interceptada aos revoltosos sabe-se que reuniu em Monsanto o conselho de oficiais monárquicos para resolver o que havia a fazer em face do elevado número de mortos e feridos que possuem.

(*A Capital* de 24 de Janeiro de 1919)

Monsanto arvora, por fim, a bandeira branca, a pendência vencida pelos republicanos.

Aprisionados os chefes políticos e militares da rebelião — Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, Álvaro de Mendonça, Silveira Ramos —, os mortos seguem para o Necrotério e internam-se os feridos nos hospitais. Contam-se por 39 os mortos, de parte a parte. Entre eles, o alferes José Martins, dos republicanos, e o alferes Luz, dos monárquicos. Os feridos passam de três centos, entre os quais o tenente Botelho Moniz, pela República, pela Monarquia o conde de Monsaraz, Pequito Rebelo, Pinto da Rocha.

(Sousa Costa, *Páginas de Saugue, Buíças Costas & C.<sup>ª</sup>*, 5.<sup>a</sup> edição, Guimarães, 1933, p. 189)

## Doc. XLVII — Outras tentativas frustradas de revoltas monárquicas

(a)

[Encontra-se em Badajoz] o deputado António Sardinha, que tem aí por missão «recrutar mercenários para formar um corpo que combata contra as tropas republicanas de Elvas», e o conde de Fontalva, que [diz o jornal *La Región Extremeña*] é o verdadeiro organizador do movimento monárquico que se tenta fazer rebentar na parte sul de Portugal. No dia 6 chegou ali, procedente de Vigo, o «Senhor Judite», representante de D. Manuel, acompanhado por outros conspiradores portugueses [...]

(A *Capital* de 10 de Fevereiro de 1919)

(b)

Um funcionário superior da Alfândega de Elvas que em Badajoz falou com António Sardinha refere o plano dos monárquicos [de] fomentar distúrbios e desorçes em todos os pontos do País, especialmente no Sul, de modo a criar embaraços à República. Embora percam o Porto, retirarão para o Minho, onde farão ponto de apoio, esperando porque se produzam os levantamentos que o célebre integralista anunciou. Acrescentou António Sardinha que, para armarem os grupos civis, contavam os monárquicos com o auxílio de vários elementos espanhóis e dos alemães residentes em Espanha.

(A *Capital* de 11 de Fevereiro de 1919)

## Doc. XLVIII — A queda de Paiva Couceiro

(a)

*Entrevista com o ministro da Justiça do Governo Republicano, Couceiro da Costa* / [...] O moral das tropas é o mais animador que pode ser. É elevado e a vontade de todos é marchar, marchar sobre os insurrectos. Dificilmente são contidos na sua ânsia de castigar os aventureiros do Norte [...]

Visitei todos os quartéis-generais e postos avançados. Enfim, toda a frente desde Angeja até ao Caima. A zona de operações está dividida em dois sectores, a saber: Angeja e Albergaria-a-Velha [...]

Hoje, a República, que simboliza a Pátria, está arraigada no espírito do povo a tal ponto que dentro em breve, talvez até mais breve do que julga, todo o território da República estará livre dos aventureiros monárquicos [...]

(A *Capital* de 12 de Fevereiro de 1919)

(b)

«República está implantada Porto [...] / É o que dizem dois rádios recebidos em Lisboa. / [...] Sabíamos há bastante dias, por informações dignas de toda a confiança, que os republicanos portugueses se estavam organizando corajosamente para a resistência, preparando-se para a luta revolucionária contra os traidores. Ainda hoje lemos uma carta escrita no Porto em 7 do corrente e dirigida ao Sr. Dr. Domingos Pereira, democrático, ilustre ministro da Instrução, em que se faz um rápido esboço da preparação revolucionária em marcha, apontando-se a falta de armamento como razão única da demora da reacção republicana. O signatário da carta anunciava que ia tomar parte numa reunião de elementos militares e civis para se assentar em vários detalhes da revolução republicana [...] O movimento no Porto rebentou hoje às 3 horas e meia da manhã, saindo o povo para a rua em vibrantes aclamações à República.

(O *Século* de 13 de Fevereiro de 1919)

(c)

[Telegrama] Ex.<sup>mo</sup> Ministro da Guerra — Grande entusiasmo. A ordem assegurada na cidade e em todo o Norte, que já restaurou a República. Coluna Corte Real enviou parlamentários, que aceitaram capitulação sem condições. Entregaram-se já 400 homens, que, por grupos de 100, foram desarmados no quartel de artilharia 6, sendo distribuídos por quartéis da guarnição.

Estão presos Luís de Magalhães, visconde de Banho, coronel Prelada, o filho do capitão Sá Guimarães, coronel Silva Ramos, coronel Baptista, encontrando-se todos os presos militares na Casa da Reclusão Militar.

(a) O comandante da divisão, *Djalme de Azevedo*, coronel de artilharia.

(A *Capital* de 14 de Fevereiro de 1919)

## Cronologia de alguns dos principais acontecimentos (desde 5 de Outubro de 1910 até Dezembro de 1919)

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
1910 Outubro	—	—	(Dia 5) Implantação da Monarquia / Governo Provisório.
1911 Janeiro	<i>Lisboa</i> : caixeiros, corticeiros, metalúrgicos, gazonistas e União Fabril / <i>Portimão</i> : descarregadores / <i>Barreiro</i> : corticeiros, ferroviários do Sul e Sueste, CUF / <i>Porto</i> : telefonistas / <i>Olhão</i> : pescadores.	—	—
Fevereiro	União Fabril do Barreiro.	—	—
Março	<i>Lisboa</i> : de adesão aos operários de Setúbal (geral), marítimos, curtidores, gráficos (prisões e ferimentos) e operários da borracha / <i>Setúbal</i> : operários de conservas de peixe (geral — mortos, feridos e prisões) / <i>Porto</i> : gráficos.	—	—
Abril	—	Tumultos em <i>Carrazeda</i> por uma lei do registo civil (prisões) / Os estudantes do <i>Porto</i> ferem o reitor e um professor.	—
Maio	<i>Lisboa</i> : cabouqueiros e fabricantes de cal / <i>Alentejo</i> : trabalhadores rurais / <i>Porto</i> : tecelões.	Manifestações em <i>Lisboa</i> de operários sem trabalho (conflitos e prisões) / Conflitos com a guarda no <i>Porto</i> (ferimentos e prisões) / Os estudantes partem a mobília da Universidade do <i>Porto</i> / Apedrejamento dos propagandistas eleitorais pelo povo de <i>Freixianda</i> .	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Junho	<i>Lisboa</i> : tanoeiros / <i>Vendas Novas</i> (geral) / <i>Guimarães</i> : sapateiros / <i>Redondo</i> : caixeiros, sapateiros e pedreiros / <i>Almada</i> : manipuladores de farinha / <i>Grândola</i> : mineiros.	—	—
Setembro	—	—	(Dia 3) Governo João Chagas / (Dia 29) Tentativa monárquica (Palácio de Cristal) / Assalto e incêndio ao Centro Católico.
Outubro	<i>Lisboa</i> : vendedores de jornais.	Tumultos em <i>Coruche</i> (mortos e feridos) e em <i>Sesimbra</i> (feridos).	(Dia 5) Primeira incursão de Paiva Couceiro.
Novembro	—	—	(Dia 12) Governo Augusto de Vasconcelos Correia.
1912 Janeiro	<i>Lisboa</i> : de adesão aos rurais do Alentejo (geral) / <i>Alentejo</i> : (geral) / <i>Barreiro</i> : descarregadores.	Ataque a tiro pela GNR ao sindicato de <i>Évora</i> (feridos) e assalto à Casa Sindical de Lisboa (prisão de mais de meio milhar de homens, mulheres e crianças).	—
Março	<i>Lisboa</i> : fragateiros.	—	António José de Almeida apupado no <i>Porto</i> (feridos).
Abril	<i>Porto</i> : Fábrica Mariani (operários armados, bombas, ferimentos e prisões).	—	—
Maio	<i>Lisboa</i> : tecelões, operários do açúcar e dos eléctricos.	Rebentam bombas ( <i>Lisboa</i> ).	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Junho	—	Bombas ( <i>Lisboa</i> ), tumultos no Rossio e conflitos com a tropa (feridos, mortos, pranchadas e prisões).	(Dia 16) Governo Duarte Leite Pereira da Silva.
Julho	—	—	(Dia 3) Segunda incursão de Paiva Couceiro.
Novembro	<i>Lisboa</i> : tanoeiros, corticeiros, pedreiros e fragateiros / <i>Porto</i> : tanoeiros / <i>Vila Franca de Xira</i> : veladores e rurais.	António José de Almeida é apupado à chegada a <i>Lisboa</i> / Tumultos na Baixa (44 feridos) / Tumultos no Tribunal das Trinas.	—
Dezembro	<i>Funchal</i> : carregadores e marítimos.	—	—
1913 Janeiro	<i>Lisboa</i> : corticeiros (prisões), marítimos (morte de um engenheiro) e fragateiros.	—	(Dia 9) Governo de Afonso Costa.
Março	<i>Lisboa</i> : peixeiras.	—	Assalto à Juventude Católica.
Abril	—	—	Movimento radical contra Afonso Costa.
Maiο	<i>Olhão</i> : soldados (assaltos a fábricas).	—	—
Junho	—	Uma bomba num cortejo em <i>Lisboa</i> (feridos e mortes); incêndio de um quiosque; prisões de operários; assalto à Casa Sindical (prisões).	Questão Académica em <i>Coimbra</i> (tiros, feridos e prisões) / Assalto ao Teatro do Ginásio.
Julho	—	Assalto a quartéis em <i>Lisboa</i> ; bombas (mortos e feridos); tumultos no Senado.	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Agosto	<i>Lisboa</i> : tecelões.	Bombas no <i>Porto</i> .	—
Outubro	—	Tumultos no <i>Paço do Bispo</i> (feridos).	(Dia 21) Tentativa monárquica de Azevedo Coutinho / Assalto aos jornais <i>O Dia</i> e <i>A Nação</i> .
Novembro	<i>Porto</i> : metalúrgicos / <i>Madeira</i> : mecânicos.	—	—
1914 Janeiro	<i>Lisboa</i> : ferroviários e de adesão aos ferroviários (geral).	Encerramento do Sindicato Ferroviário (140 prisões) / Tumultos no <i>Rossio</i> (mortos e feridos).	—
Fevereiro	—	Tumultos em <i>Monção</i> .	(Dia 9) Governo Bernardino Machado.
Março	<i>Porto</i> : fluviais (ferimentos e prisões).	—	—
Abril	<i>Lisboa</i> : pintores e metalúrgicos / <i>Coimbra</i> : construção civil.	Tumultos em <i>Olhão</i> .	—
Maiο	<i>Sesimbra</i> : pescadores.	—	Assalto ao Congresso Católico do <i>Porto</i> .
Junho	—	Tumultos em <i>Idanha</i> e <i>Azambuja</i> (2 mortos).	Questão Académica em <i>Coimbra</i> (mortos; 200 estudantes presos).
Julho	<i>Lisboa</i> : cabouqueiros e fabricantes de cal.	Tumultos em <i>Lamego</i> (10 mortos).	Assalto ao jornal <i>A Liberdade</i> / Assaltos a estabelecimentos de géneros alimentares.
Agosto	<i>Porto</i> : tipógrafos.	—	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Setembro	<i>Porto</i> : tecelões.	Correrias no <i>Porto</i> .	—
Outubro	—	—	(Dia 20) Pronunciamento monárquico em <i>Mafra</i> / Assalto aos jornais <i>Restauração</i> , <i>Ridículos</i> , <i>Vanguarda</i> , <i>Jornal do Norte</i> e <i>Talassa</i> .
Dezembro	—	—	(Dia 12) Governo Vítor Hugo de Azevedo Coutinho.
1915 Janeiro	—	—	(Dia 20) «Movimento das Espadas» contra os democráticos / (Dia 25) Governo Pimenta de Castro.
Março	—	Tumultos em <i>Aveiro</i> (feridos) / Assaltos a padarias em <i>Lisboa</i> e outras localidades.	—
Abril	<i>Viana do Castelo</i> (geral).	Tumultos nas <i>Caldas da Rainha</i> ; bombas sobre uma procissão.	—
Maio	—	Tiros e pranchadas em <i>Lisboa</i> .	(Dia 14) Toma posse a Junta Revolucionária resultante da revolução democrática contra Pimenta de Castro / (Dia 25) Governo de João Chagas / Assalto aos centros monárquicos, Liga Naval, Igreja de São Paulo, Escola de Guerra e jornal <i>O Dia</i> / Tumultos em Coimbra pela inauguração do Centro Monárquico Académico.
Agosto	—	—	Tentativa monárquica de Braga.
Outubro	<i>Setúbal</i> (geral) / <i>Palmela</i> : rurais / <i>Braga</i> : tipógrafos.	Assaltos a armazéns de azeite em <i>Almada</i> (feridos).	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Novembro	<i>Lisboa</i> : da exploração do porto / <i>Guimarães</i> (geral) / <i>São Pedro da Cova</i> : mineiros (bombas e prisões) / <i>Porto</i> : estuadores e construção civil (bombas) / <i>Barreiro</i> : ferroviários / <i>Braga</i> : rurais.	Encerramento da Federação Operária de <i>Guimarães</i> .	(Dia 29) Segundo Governo Afonso Costa.
Dezembro	<i>Porto</i> (geral) / <i>Famalicão</i> / <i>Braga</i> : carreiros / <i>Fronteira</i> : rurais (mortos e feridos).	Tumultos no <i>Barreiro</i> , <i>Seixal</i> , <i>Portalegre</i> e <i>Pesqueira</i> / Encerramento de associações no <i>Porto</i> (prisões e ferimentos).	—
1916 Janeiro	<i>Lisboa</i> : carregadores e empregados da Câmara.	Assaltos a estabelecimentos.	—
Fevereiro	<i>Covilhã</i> : tecelões.	Tumultos em <i>Lisboa</i> (bombas e mortos).	Apresamento dos navios alemães surtos no Tejo.
Março	—	—	(Dia 15) Governo de «União Sagrada», presidido por António José de Almeida.
Outubro	—	—	Encerramento de Machado Santos no Forte de Fontelo.
Dezembro	—	—	Pronunciamento de Machado Santos.
1917 Abril	—	Assaltos a padarias e ao mercado do <i>Porto</i> .	(Dia 25) Terceiro Governo Afonso Costa.
Maiο	—	Assaltos a estabelecimentos (dezenas de mortos, centenas de feridos e bombas).	—
Julho	<i>Lisboa</i> : construção civil / De protesto contra o encerramento da UON (geral).	Encerramento da UON (300 prisões, mortos e feridos).	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Agosto	<i>Lisboa</i> : Companhia das águas.	—	—
Setembro	<i>Lisboa</i> : telégrafos-postais (3000 prisões) / / De adesão aos telégrafos-postais.	—	—
Dezembro	—	Assalto a estabelecimentos durante a revolução de Sidónio.	(Dia 5) Revolução de Sidónio Pais contra os democráticos / (Dia 8) Junta Revolucionária / (Dia 11) Governo Sidónio Pais / Assalto aos jornais <i>O Mundo</i> e <i>Portugal</i> , aos centros democráticos e a casas particulares.
1918 Janeiro	—	—	(Dia 8) Pronunciamento dos marinheiros contra Sidónio Pais.
Fevereiro	<i>Lisboa</i> : do pessoal dos eléctricos, gazonistas, carroceiros e engomadeiras.	—	—
Maio	<i>Lisboa</i> : do pessoal dos eléctricos.	—	Tentativa democrática no <i>Porto</i> / Sidónio desloca-se ao <i>Porto</i> , onde liberta os presos, duramente maltratados pelos «trauliteiros».
Junho	<i>Barreiro</i> : ferroviários do Sul e Sueste.	—	—
Julho	—	—	Assalto ao Centro Evolucionista / Assalto aos jornais democráticos do <i>Porto</i> <i>A Montanha</i> e <i>O Norte</i> .
Setembro	—	—	Tentativa democrática em <i>Lamego</i> .

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Outubro	—	—	(Dia 12) Insubordinação democrática contra Sidónio / Assalto a uma escolta que conduzia presos (7 mortos e 60 feridos)— «Leva da Morte» / Assalto, no <i>Porto</i> , à Casa Borges & Irmão, ao jornal <i>A Montanha</i> e ao Club Democrático dos Fenianos.
Novembro	<i>Lisboa</i> : Sul e Sueste (bombas, mortes e prisões).	—	—
Dezembro	—	Tumultos durante o funeral de Sidónio Pais (bombas, mortos e feridos).	(Dia 14) Assassinato de Sidónio Pais / Governo Canto e Castro / (Dia 20) Movimento das Juntas Militares «a favor da Nação» / (Dia 23) Governo Tamagnini de Sousa Barbosa / Primeiro levantamento de Monsanto / (Dia 25) Segundo levantamento de Monsanto / Assalto ao Grémio Lusitano e mais lojas maçónicas / Assalto a <i>A Manhã</i> e <i>A Capital</i> .
1919 Janeiro	—	—	(Dia 6) Confrontos militares entre monárquicos e democráticos em <i>Vila Real</i> / (Dia 11) Revolta democrática de <i>Santarém</i> / (Dia 19) Restauração monárquica no <i>Porto</i> / Aumenta a repressão dos trauliteiros do <i>Norte</i> .
Fevereiro	—	—	(Dia 13) Contra-revolta republicana no <i>Porto</i> / (Dia 27) Governo José Relvas / Assaltos ao Governo Civil de Lisboa, Castelo de São Jorge e à Juventude Católica.

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Março	<i>Lisboa</i> : tipógrafos.	—	Agressões aos presos políticos vindos do <i>Alentejo</i> em companhia do capitão Camacho, que foi assassinado / (Dia 30) Governo Domingos Pereira.
Abril	—	—	(Dia 28) Tentativa sidonista contra os democráticos.
Maio	<i>Lisboa</i> : pessoal dos eléctricos, Companhia das Águas, operários do Município, marceneiros, sapateiros e alfaiates / <i>Porto e Guimarães</i> : construção civil	—	—
Junho	<i>Lisboa</i> : União Fabril / De adesão à União Fabril (geral).	Novo encerramento da União Operária Nacional.	—
Julho	<i>Lisboa</i> : ferroviários da CP, União Fabril, tipógrafos e empresas jornalísticas.	—	Assaltos à Igreja dos Congregados e assalto ao jornal <i>O Debate</i> / (Dia 29) Governo Sá Cardoso.
Agosto	<i>Lisboa</i> : ferroviários da CP.	—	—
Setembro	—	Tumultos por motivo da destruição do passeio central do Rossio, ordenado pela Câmara Municipal / Colisões no <i>Porto</i> entre o povo e as forças de ordem devidas a um comício contra a carestia de vida (apedrejamentos e tiros) / Assaltos aos celeiros em <i>Elvas</i> / Prisão de elementos sindicalistas, que são encerrados no Forte de Monsanto.	—

Datas	Agitação social e económica		Agitação política e modificações governamentais
	Greves	Outra	
Outubro	<i>Lisboa</i> : barbeiros / <i>Guimarães</i> : construção civil / <i>Porto</i> : descarregadores de terra e mar / <i>Olhão</i> : soldados / <i>Setúbal</i> : operários das conservas / <i>Faro</i> : carneiros.	Duas bombas contra o comboio correio do <i>Porto</i> / Uma bomba na <i>Marinha Grande</i> .	Assalto às Juventudes Sindicalistas.
Novembro	<i>Braga</i> : sapateiros.	Tumultos em <i>Setúbal</i> .	Atentado à bomba contra Alfredo da Silva, ficando ferido o seu guarda-costas / António Granjo é apupado em conferência no <i>Porto</i> , havendo socos / Assalto ao semanário monárquico académico <i>Resurreição</i> , de Coimbra.
Dezembro	<i>Lisboa</i> : pessoal dos eléctricos, pasteleiros, cozinheiros, trabalhadores do mar.	Bombas, feridos e mortes em <i>Lisboa</i> / Bomba em <i>Coimbra</i> / Assalto à Universidade do <i>Porto</i> .	—

## JORNAIS CONSULTADOS, ORIENTAÇÕES E DIRECTORES

*Capital (A)*, republicano moderado, Manuel Guimarães  
*Combate (O)*, «Órgão central do Partido Socialista», António Francisco Pereira  
*Dia (O)*, monárquico, J. A. Moreira de Almeida  
*Diário Nacional*, monárquico, Aires de Ornelas  
*Diário de Notícias*, republicano moderado, Coelho Cunha & C.<sup>a</sup> (proprietários)  
*Liberal (O)*, «Monárquico tradicionalista», António Teles de Vasconcelos  
*Monarquia (A)*, «Integralista», conde de Monsaraz  
*Montanha (A)*, republicano democrático (Porto), A. F. Seixas Júnior  
*Mundo (O)*, republicano democrático, Carlos Trilho  
*Ordem (A)*, «Católico», J. Fernando de Sousa  
*Pátria*, «Ultra-monárquico» (Porto), Pereira de Sousa  
*Rebelde (O)*, «Quinzenário defensor das classes proletárias» (Beja), Mário A. Correia  
*Século (O)*, republicano moderado, J. J. da Silva Graça  
*Situação (A)*, sidonista, Jorge Botelho Moniz  
*Tempo (O)*, «Republicano conservador», Simão Laboreiro  
*Voz Pública*, «Republicano conservador» (Porto), Joaquim Madureira